

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA –
ProPPEC
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E
SOCIAIS – CEJURPS
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS – PMGPP

ANA CRISTINA REISER

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PERIFERIA OESTE DE ITAJAÍ**

**ITAJAÍ
2005**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANA CRISTINA REISER

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PERIFERIA OESTE DE ITAJAÍ**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão em Gestão de Políticas Públicas da UNIVALI, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas. Área de concentração: Gestão de Políticas Públicas

Orientadora: Prof^a. Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira.

**ITAJAÍ
2005**

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA CRISTINA REISER

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A PERIFERIA OESTE DE ITAJAÍ

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas no Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão em Gestão de Políticas Públicas, da Universidade do Vale do Itajaí, pela seguinte banca examinadora:

Membro 1: Prof^a. Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira
Orientadora, UNIVALI

Membro 2: Prof. Dr. Aloysio Marthins de Araújo Jr.
UNIVALI

Membro 3: Prof^a. Dra. Isa de Oliveira Rocha
UDESC

Suplente: Prof. Dr. Julian Borba
UNIVALI

Este trabalho é dedicado aos meus pais, que sempre estiveram do meu lado, mesmo quando, para eles este “lado” não parecia o mais correto e aos meus filhos Maria Eduarda e Pedro Henrique, pela minha ausência em momentos tão ricos de suas vidas

Agradecimentos

A Prof^a. Raquel, pois nossos encontros ultrapassaram a barreira da orientação, transformando-se em “aulas particulares” que possibilitaram o entendimento dos textos, ajudando a quebrar uma visão linear sobre a realidade e a vida.

A minha irmã Cláudia, que sempre estimulou a retomada a vida acadêmica, viveu todas minhas “crises”, e mesmo com seu estudo, continuou sendo mãe de meus filhos, amenizando minhas angústias maternas.

Ao meu lindo sobrinho, que é um orgulho para a madrinha, que mesmo sendo adolescente sempre soube dividir seus pais comigo e com meus filhos.

Ao Jusa, marido por pretensão, que é um exemplo de pai, amigo, marido, muito obrigado por “deixar” minha família fazer parte da tua.

Ao “namorado”, que foi um grande incentivador e parceiro, paciente com minhas tão habituais crises, e que me “presenteou” com muitos textos, que representam boa parte do que escrevi.

A amiga Andréa que participou de todo processo, foi aluna durante o curso, e uma excelente pesquisadora na dissertação.

Aos meus colegas de trabalho que através de nossas conversas, nem sempre amigáveis, me levaram para o mundo urbano, e em especial ao Amarildo, pelas reflexões e esclarecimentos na área técnica.

E a todos os professores do mestrado pelas diferentes formas de interpretar a realidade, propiciando muitos caminhos que estimulam a investigação.

RESUMO

O trabalho mostra como a localização geográfica, determinou a base da economia da Cidade de Itajaí. O funcionamento do porto permitiu o aparecimento de uma classe operária na cidade, apesar do desenvolvimento pouco expressivo das atividades ligadas ao setor industrial. O aumento da população na cidade fez surgir a necessidade de bairros periféricos, é para entender este fenômeno primeiramente foi realizado um estudo sobre a urbanização brasileira

Como cidade pólo da região da Associação da Foz do Rio Itajaí-Açu (AMFRI) e como porto, Itajaí passou a receber populações oriundas do campo e também fluxos migratórios, procedentes do oeste do Estado de Santa Catarina e do norte do Paraná, recentemente esta ocorrendo também do norte do país, mais especificamente do Estado do Rio Grande do Norte. Os sucessivos ciclos migratórios decorrentes do avanço da industrialização, somado ao fenômeno da litoralização aumentaram a área periférica da cidade que, a partir da década de 70 do século passado, passaram a ocupar áreas menos valorizadas para habitação, promovendo a expansão da mancha urbana até o vale do Rio Itajaí-Mirim, dando origem ao Bairro Cidade Nova, cujos limites foram definidos pela BR-101. O estudo sobre o Bairro Cidade Nova procurou considerar as condicionantes que, ao longo do tempo, foram imprimindo uma singularidade àquela área, em razão da expansão urbana de Itajaí, e das próprias populações que passaram a residir no local. A investigação demonstrou que a legislação existente exerce um papel secundário na definição das formas de ocupação e uso do solo urbano, pois o próprio poder público não cumpre as leis específicas. A ausência de uma política urbana gerou um crescimento desordenado da cidade, sem uma definição clara acerca da ocupação do espaço de modo a atender às necessidades dos moradores locais, inclusive, no que diz respeito aos espaços públicos. Por outro lado, o aumento da pobreza, sobretudo, a partir dos anos 90, gerou uma fuga do espaço coletivo, visto que este não se caracteriza como um espaço integrador, mas como um local de exercício da violência.

Palavras-Chave: urbanização, política urbana, segregação espacial, desigualdade social.

ABSTRACT

This work shows as the geographic localization established the base of the economy of the Itajai City. The functioning of the port allowed an appearing of the worker class in the city, even the city has not developed industrial activities. The worker class has made appear the necessity of popular districts and in order to understand this phenomenon, firstly have been done a study about Brazilian urbanization as well as the actual structure economic.

As Pole City of the region of AMFRI (Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajai-Açu) and like a Port, Itajai has begun receiving people from the field and also migration flux. The successive migrations fluxes due to the advance of industrialization, added to the littoral phenomenon, have increased the peripheric area of the city that starting from 70ies of the last century, started to occupy to engage the less valorized residence areas, promoting the expansion of the mark up to the vale of Itajai-Mirim river, originating a "Cidade Nova" district.

Whose limits were defined by the BR-100 road. The study about the "Cidade Nova" district has considered the ways that along at the time were construction a singularity on that area in reason of the urban expansion of Itajai and to the own people that started living at the local. The occupation way determined by the rules in the Itajai City are innocuous, the nonexistent urban politics has generated city has growth without clear definition of the area in order to assist the local resident's needs including public areas.

The increase of poorness, starting from 90ies, has generated an escape of the collective space, since this was not characterized as a space integrador but as a place of violence practice.

The necessity to make an urban politic that involve all the society is urgent and the law nr. 10257 knowed as statute of the city, is a tool that possibility organization and the popular participation in order to trace urban and residence politics that reproduces the needs of the collective

Key Words: urbanization, urban politic, space segregation and social inequality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE ITAJAÍ.....	17
1.1 Origens da cidade de Itajaí sua evolução até a República Velha	17
1.2 A tentativa de industrialização de uma cidade com vocação para prestadora de serviços.....	27
1.3 O desenvolvimento do urbano da cidade de Itajaí nas últimas décadas.....	34
2 A RECENTE EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO E A PERIFERIA OESTE....	41
2.1 Espaço urbano e segregação	44
2.2 O desenvolvimento do Bairro Cidade Nova	64
3 O BAIRRO CIDADE NOVA E A POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO	69
3.1 A urbanização no país e a política urbana	79
3.2 A situação atual do bairro	83
3.3 As leis municipais definidoras do desenvolvimento urbano de Itajaí	86
3.4 O Estatuto da Cidade e o Município de Itajaí.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS.....	102

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi motivada pela intenção de analisar a evolução do Bairro Cidade, buscando definir os espaços públicos, bem como a dinâmica de ocupação destes espaços, localizados na periferia oeste de Itajaí-SC. Para alcançar este objetivo foi realizado levantamento de dados acerca da evolução urbana de Itajaí-SC, buscou-se conhecer os principais agentes responsáveis pela expansão urbana da cidade e caracterizar a evolução do Bairro Cidade Nova, localizado na periferia oeste de Itajaí.

Este bairro corresponde a uma área de ocupação recente no contexto do município de Itajaí, cujo crescimento resulta de fluxos migratórios combinados com movimentos internos da própria população urbana, formando um espaço com características próprias, dadas às suas peculiaridades naturais. Trata-se de uma área de planície fluvial sujeita às cheias do Rio Itajaí-Mirim, freqüentes até à abertura do canal de retificação, construído com o objetivo de dar vazão às águas que alagavam toda a região. Sua execução, entretanto, além de provocar o desequilíbrio natural no próprio Itajaí-Mirim, cujo fluxo de águas ficou comprometido, não equacionou totalmente o problema das enchentes. Por conseguinte, o bairro, objeto deste estudo acabou por constituir uma área frágil do ponto de vista ambiental que, de certa forma, o próprio aparato de planejamento urbano passou a definir como um lugar para os pobres e os excluídos.

É exatamente em cima destas áreas as quais não se pode urbanizar, considerando-se as dificuldades de saneamento, que se coloca de forma mais visível o conflito entre os objetivos sociais e os objetivos ambientais, situação politicamente perversa, pois “[...] no fim das contas acabam os mais pobres sendo os

responsáveis pelo desequilíbrio ambiental que tem na cidade e pela destruição das belezas naturais”. (ROLNIK, 2003, p. 225)

Frente à tal realidade, constata-se que a localização da população e a própria dinâmica de ocupação dos espaços intra-urbanos acompanham a lógica do processo de inserção e de distribuição de riqueza social, visto que o crescimento de Itajaí, nas últimas décadas, combinou centralidade e dispersão, fazendo a mancha urbana avançar em diferentes direções, em conformidade com a estratificação social.

A recente expansão do Bairro Cidade Nova é fruto direto de um intenso processo de exclusão social, decorrente, entre outras razões, do enfraquecimento do parque industrial brasileiro, da diminuição dos níveis de emprego e da restrição dos investimentos públicos em projetos sociais no país. Daí porque a Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, ao estabelecer as diretrizes gerais da política urbana coloca-se como um desafio capaz de propiciar a construção de uma ordem urbanística mais incluyente.

O interesse pelo tema decorre da experiência vivida junto à Secretaria de Planejamento do Município, na qual, exercendo a função de assistente social, respondia pela elaboração e implantação dos projetos sociais referentes às melhorias habitacionais. Este contexto permitiu o contato direto com uma realidade desconhecida àqueles que planejam as ações do poder público.

Embora o presente trabalho tenha por objetivo central analisar aspectos relativos aos espaços públicos, o desenrolar da pesquisa exigiu um conhecimento mais amplo acerca do processo de urbanização brasileiro e, particularmente, da evolução histórica de Itajaí, buscando elementos capazes de permitir a apreensão

das formas de apropriação e de construção do seu espaço urbano, ao longo da evolução da cidade.

A base teórica na qual se assenta a pesquisa é o entendimento de que o espaço é uma construção social, o que significa dizer que os espaços físicos adquirem um conteúdo social. Assim, todo lugar é expressão de processos que não são puramente locais, daí porque se faz necessário estabelecer relações com processos mais gerais que atuam em escalas mais amplas (regional, nacional e global) da ação humana.

Contextualizar o objeto de estudo nesse movimento exige a delimitação de um espaço – no caso, do Bairro Cidade Nova –, visto como o resultado da intervenção de distintos sujeitos sociais. A localização das populações no espaço interno da cidade e suas condições de instalação e sobrevivência resultam diretamente de políticas governamentais, econômicas e/ou sociais, geradoras da repartição ou da exclusão da riqueza socialmente produzida, já que ao longo do processo de crescimento das diferentes cidades brasileiras todo o aparato de planejamento, de regulação do uso do solo através das leis de zoneamento, de leis de parcelamento e planos diretores acabam exercendo um papel bastante perverso frente à questão da desigualdade e da diferença social.

Uma vez delimitado o espaço físico, fez-se necessário levantar o seu processo de ocupação, buscando identificar as áreas públicas originais e as remanescentes nos dias de hoje. Para abordar o tema proposto, foram utilizadas categorias de análise explicitadas por autores dedicados ao estudo do processo de urbanização. Assim sendo, a investigação teve um caráter mais qualitativo, já que focou a dinâmica sócio-espacial de Itajaí e, particularmente, a de sua periferia oeste, à luz de conceitos produzidos por diferentes autores, visando a uma melhor

compreensão da realidade empírica. Entende-se, pois, que a relação com o mundo real não pode ser traduzida apenas por dados quantitativos, considerando-se que, na área delimitada pela pesquisa, tanto as pessoas como o espaço em que estas vivem são sujeitos de uma determinada história a ser investigada. Tornou-se, então, necessário definir uma linha teórica que oferecesse uma fundamentação capaz de permitir a apreensão da realidade, bem como a criação de novos conhecimentos sobre a mesma. Por trás deste conhecimento, situa-se “[...] a idéia de que a teoria informa o significado dinâmico daquilo que ocorre e que buscamos captar no espaço em estudo.” (MINAYO, 1999, p. 56)

Assim sendo, o embasamento teórico-metodológico apoiou-se, sobretudo, na obra do geógrafo Milton Santos (1985, 1994, 1997), rica em reflexões e propostas para a análise dos espaços urbanos brasileiros, bem como da cidadania. Conforme Santos (1985, p. 49), “[...] o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação”. Ele -o espaço natural- impõe a sua própria realidade e, assim sendo, a sociedade não age fora dele. Do exposto depreende-se, pois, que a organização espacial constitui uma segunda natureza, isto é, apresenta-se como a natureza original (ou primeira natureza), transformada pelo trabalho social, o que permite concluir que a organização espacial é a própria sociedade espacializada. É preciso, porém, destacar que o espaço geográfico é, ao mesmo tempo, o terreno no qual as práticas sociais se realizam e, a condição para que elas existam, bem como o quadro que as delimita e lhes dá sentido.

A investigação levou em conta os aspectos decisivos em diferentes etapas da organização sócio-espacial da área correspondente ao Bairro Cidade Nova, buscando reconhecer os elementos promotores das transformações vividas nesta porção do Município de Itajaí, submetida, nas últimas décadas, a crescentes

transformações econômico-sociais e ambientais, provocadas pela expansão do seu núcleo urbano.

A aplicação das categorias do método sugerido por Santos (1997) permitiu enfocar os diferentes aspectos definidores da realidade, ou seja:

[...] os elementos constitutivos do espaço – os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas. Estes elementos se entrelaçam, fundem-se e se confundem, contêm-se uns nos outros e são por todos contidos, produzindo a totalidade. (SANTOS, 1997, p. 65).

Foram também de grande valia os trabalhos de Roberto Lobato Corrêa (1995), estudioso do espaço urbano brasileiro, os quais destacam os principais agentes sociais promotores das formas espaciais. Este autor ressalta também o papel do Estado, já que ele “[...] atua na organização espacial da cidade, sendo sua atuação complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte”. (CORRÊA, 1995, p. 24)

O território pode ser definido pelo acesso diferente a certos bens e serviços, pela hierarquia social de representação do qual é o objeto, e finalmente por um exercício do poder do qual é produto e um dos principais instrumentos. “A cidadania não é assim simplesmente uma representação dos indivíduos dentro do Estado nacional, mas, sem dúvida, um fenômeno muito mais complexo que incide no quadro da dinâmica territorial cotidiana da sociedade”.(GOMES, 2002, p.138)

Espaço público pode ser caracterizado como aquele espaço abstrato, onde é desenvolvida a vida pública. Para Gomes (2002), a definição de espaço público não se restringe àquilo que não é privado, bem como não pode ser tomado apenas a partir de uma regulamentação de cunho legal ou jurídico, ou pela qualidade de livre acesso a área.

Os atributos de um espaço público são aqueles que tem uma relação direta com a vida pública. [...] Para que esse “lugar” opere uma atividade pública é necessário que se estabeleça, em primeiro lugar uma co-presença de

indivíduos. A transmutação do indivíduo em público ocorre pelo princípio da publicidade [...]. (GOMES, 2002, p. 160)

Finalmente, por política pública, pode-se entender:

[...] o conjunto de medidas e instituições que têm por objeto o bem-estar e os serviços sociais [...]. A análise das políticas sociais remete ao âmbito estatal, onde elas se articulam e constituem a substância do Estado que desempenha um papel fundamental na formulação e efetivação das políticas públicas apesar de não ser exclusividade da prestação do serviço. (LAURELL, 1997, p.153)

Os sucessivos ciclos migratórios, pelos quais a cidade de Itajaí vem passando, geraram um processo de periferização de seu núcleo urbano. Esse processo, aliás, é um fenômeno que se repete em várias regiões brasileiras e corresponde, de um modo geral, ao vertiginoso crescimento urbano das últimas décadas. Os dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), Censo 2000, sobre diferentes realidades urbanas do país demonstram a expansão das áreas situadas nas periferias. Os mesmos dados comprovam, ainda, que, em Itajaí, esse processo não é diferente, especialmente na porção oeste da cidade, nossa área de estudo. Neste contexto o entendimento de que os espaços públicos são imprescindíveis à qualidade de vida do homem urbano, especialmente em se tratando de moradores das periferias urbanas, vem despertando a atenção de estudiosos de várias áreas.

Para finalizar, é preciso destacar que, embora a pesquisa tenha um caráter mais qualitativo, realizaram-se levantamentos de dados estatísticos, como também foram elaboradas várias plantas dos distintos loteamentos, visando ao resgate histórico da ocupação deste espaço e à localização das áreas verdes previstas originalmente. As informações mais detalhadas sobre o bairro e a comercialização dos lotes foram obtidas através de contatos com os primeiros proprietários de terras e no cartório de Registro Civil, com a intenção de identificar todo o processo relativo

à organização espacial desta área do Município de Itajaí. Foram realizadas diversas visitas ao local no ano de 2004 e 2005, com o objetivo de analisar a realidade investigada a partir das reflexões suscitadas pelos textos que serviram de embasamento teórico para o trabalho.

O resultado do trabalho de pesquisa é apresentado em três capítulos desta forma foi feito em três capítulos que tratam da evolução histórica da cidade de Itajaí, da recente expansão do espaço urbano da periferia oeste e, por último do Bairro Cidade Nova e da política de desenvolvimento, finalizando com as considerações finais.

Desta forma, no Capítulo I, enfocou-se a evolução histórica do Município de Itajaí, o modo como a ocupação contribuiu para a formação do espaço urbano e as intervenções do poder público na formulação e aplicação de legislações que direcionaram o crescimento urbano de Itajaí.

No Capítulo II, a partir da retrospectiva histórica realizada, buscou-se uma melhor compreensão acerca dos diversos agentes sociais-(os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos), os quais propiciaram a expansão da mancha urbana para a periferia oeste do Município de Itajaí, bem como o processo de povoamento e ocupação da área correspondente ao Bairro Cidade Nova.

Já no Capítulo III, ao lado das características apresentadas pelo bairro aqui estudado, são abordadas, as políticas públicas que propiciaram o crescimento das cidades e o processo de industrialização movido pelo modo de produção capitalista. Foi abordado, ainda o modelo federativo adotado com a promulgação da Constituição de 1988, que repassou aos municípios várias responsabilidades na implementação de políticas públicas. Em especial, foram destacadas as que se

referem à política urbana, por reconhecerem, pela primeira vez, o direito à moradia como um direito social básico.

Também se buscou fazer uma avaliação de como os instrumentos urbanísticos que o município dispõe possibilitam a equidade social, bem como da forma que o Estatuto da Cidade tem sido aplicado na cidade e, em especial, no Bairro Cidade Nova.

Por fim, o estudo feito permitiu uma reflexão acerca do papel do espaço natural na ocupação inicial de um determinado território, e como os conhecimentos acerca do ambiente, somados ao incremento das tecnologias permitem ao homem superar obstáculos, dando novos usos e significados. Permitiu também analisar a apropriação desta área e sua evolução histórica, o que favoreceu a apreensão da realidade atual e das leis que a definem, possibilitando o entendimento de como o modo econômico vigente é promovedor das desigualdades sociais e que somente a participação efetiva da população, da sociedade civil, poderá reverter a dinâmica sócio-espacial existente.

1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE ITAJAÍ

Para estudar o desenvolvimento urbano de Itajaí, dividiu-se sua história em períodos. O primeiro é correspondente ao Brasil-Colônia; o segundo, ao Brasil Imperial e, o terceiro ao período conhecido como República Velha, que se extinguiu em 1930. Já o quarto período corresponde à Nova República que se estendeu até a década de 1964, quando da ocorrência do golpe militar; enquanto o quinto período abrange o período que se inicia com a abertura democrática e segue até os dias atuais.

1.1 Origens da cidade de Itajaí sua evolução até a República Velha

A cidade de Itajaí está localizada à margem direita do Rio Itajaí-Açu, junto à sua foz. Sua origem remonta ao período colonial. Até a chegada dos primeiros povoadores, assim como praticamente em todo o país, a região era habitada por diversos grupos silvícolas que subsistiam da caça, pesca e coleta de alimentos.

O vicentista João Dias Arzão, acompanhado de um grupo objetivando a colonização da região, primeiro colonizador da região, recebeu da Coroa uma Sesmaria¹ em frente à foz do Rio Itajaí-Mirim, em terras que hoje integram o Município de Navegantes. Sua intenção era encontrar minas de ouro e outros metais preciosos. Entretanto, pouco tempo permaneceu, pois não obteve êxito em seu intento. As condições naturais do local, no entanto, favoreceram, desde o início, o estabelecimento destes primeiros colonizadores, alguns deles remanescentes da passagem de João Dias Arzão por esta área, devido à sua localização junto ao litoral

e, ao mesmo tempo, junto de um rio, num período em que a comunicação se fazia, sobretudo, por via marítima.

Em 1777, quando os espanhóis ocuparam a Ilha de Santa Catarina, muitos de seus habitantes fugiram, vindo estabelecer-se nesta região litorânea da foz do Rio Itajaí-Açu, com suas famílias, aproveitando também a piscosidade do rio.

D'Ávila (1982) salienta que a área urbana mais antiga de Itajaí é o local que, hoje, corresponde ao Bairro Fazenda, tendo a cidade se desenvolvido ao longo da margem direita do Rio Itajaí-Açu e da Praia da Fazenda. Porém, segundo Silva (1978), a cidade passou a ter importância no contexto litorâneo catarinense quando da vinda de Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond² aproximadamente em 1820, época em que o povoado pertencia à jurisdição político-administrativa do Município de São Francisco do Sul, o qual, encontrando mão-de-obra e madeira disponível, iniciou a atividade demarcadora do desenvolvimento econômico da cidade. Antônio de Menezes Vasconcelos Drummond tinha, por intenção e desígnio real, tomar posse de terras da Coroa na região, onde se situa, atualmente, o Bairro Itaipava, mas, devido ao crescimento dos ideais de independência, retorna ao Rio de Janeiro, levando consigo grande quantidade de madeiras e alimentos. Desta forma, o período colonial, em Itajaí, foi marcado pela extração madeireira da região, favorecida pela localização geográfica.

O pequeno comércio marítimo, como também a intensa atividade pesqueira, criou, simultaneamente, a demanda de pequenas embarcações e artefatos de pesca. Por essa razão, em locais de bom acesso marítimo e desembocaduras de rios, estabeleceram-se, desde cedo, artesões açorianos, os chamados carpinteiros da ribeira - atraídos também pela presença, na mata costeira, de boas madeiras para o empreendimento naval. (MOREIRA, 1995, p.29)

¹ Sesmaria – lote de terra inulto ou abandonado, que os reis de Portugal cediam a pessoas que se dispusessem a cultivá-lo. (Dicionário Aurélio, 2002)

² Carioca de nascimento e Diplomata, possuía estreita relação com a Coroa e também tendência aos ideais da Independência.

O Rio Itajaí-Açu, seus afluentes e o vale fértil se apresentaram como atrativos para os colonizadores, motivando o primeiro fluxo migratório. Aqueles que tinham poder, porém, como os eclesiásticos, os militares dentre outros, requeriam as sesmarias, não respeitando a lei que exigia benfeitorias de colonização, prejudicando moradores já estabelecidos. (D'ÁVILA, 1982)

Foi, entretanto, apenas no período Imperial, iniciado em 1822, após a proclamação da Independência do Brasil, que Itajaí apresenta os primeiros indícios de desenvolvimento e crescimento. Com a chegada à região do comerciante Agostinho Alves Ramos, em 1823, nascido no Rio de Janeiro, sócio em uma casa de comércio na Ilha de Santa Catarina e guarda-livros (contador), estabelecendo efetivamente seu comércio, sua residência sendo o responsável pela organização do povoado, fundou um curato³, denominado do Santíssimo Sacramento, providenciou a vinda do religioso Frei Antonio Agote, erigiu a capela e o cemitério, transformou o curato em freguesia⁴ e criou a Cadeira das Primeiras Letras, em 1835.

O distrito de Itajaí foi criado em 1833, e no ano anterior, passara da jurisdição de São Francisco para a de Porto Belo. O município de Itajaí foi criado pela lei nº. 164, de 04/04/1859, mas sua instalação somente aconteceu em 15 de junho de 1860. Em 1º de maio de 1876, a Vila do Santíssimo Sacramento de Itajaí foi transformada em cidade.

As bases econômicas, desde muito cedo, apoiaram-se na pesca, através da captura de espécies oriundas das regiões tropical e subtropical, como tainhas, sardinhas, anchovas, camarões, lulas, corvinas, entre outras. Por outro lado, sua

³ Por curato, entende-se uma pequena comunidade assistida por um capelão, com aprovação de uma autoridade religiosa. (AURÉLIO, 2004).

⁴ Por freguesia, entende-se a sede de um distrito e a paróquia (AURÉLIO, 2004)

localização junto à foz do rio permitiu a instalação de trapiches, propiciados pelo bom calado de suas margens, ao longo do rio Itajaí-Açu, onde os meandros favoreciam a navegação de diferentes embarcações, tornando-se abrigo seguro, além de sua navegabilidade em grande extensão.

Segundo Cruz (2002), a cidade tendeu a se desenvolver, desde seu início, ao longo da margem do rio Itajaí-Açu e da praia da Fazenda e apenas a partir de 1850, é que o norte do município foi sendo ocupado. Um dos motivos se deve à construção, por Hermann Blumenau⁵, do galpão que recebia os imigrantes recém chegados da Europa. O local passou a ser denominado de Barra do Rio⁶, o que deu à cidade, precocemente, um importante destaque no cenário estadual, como principal porta de entrada para os imigrantes europeus, principalmente alemães e italianos e, somente mais tarde, destacou-se como porto exportador.

Após 1850, o Vale do Itajaí, em seu “momento colonizador”, passa a receber um fluxo crescente de imigrantes que, por sua vez, demandam a freqüente importação de mercadorias. O “momento colonizador”, portanto, responde, em grande parte, pela movimentação do porto natural, junto à foz do Itajaí, pelo impulso dado à navegação fluvial e conseqüentemente, pela afluência de agentes do intercâmbio à vila portuária - pequenos comerciantes que passam a estruturar o incipiente comércio do porto ao vale colonial. (MOREIRA, 1995, p.49)(grifo do autor)

Por outro lado, esse movimento explica a presença de numerosas casas comerciais que, desde o final do século XIX, representavam o maior capital mercantil da cidade. Entre os quais pode-se destacar a Asseburg e a Malburg, que controlavam uma grande rede de compra e venda. Estas casas representavam a

[...] ligação entre a produção local e o mercado comprador nacional. Além de atuarem como importadores dos gêneros necessários não produzidos localmente, desde bens de consumo, até bens de capital, para as primeiras manufaturas e nascentes indústrias. (MOREIRA, 2003, p. 46).

⁵ O Sr. Hermann Blumenau, foi o responsável pela vinda de muitos alemães para o vale do Itajaí, e é o fundador da Cidade de Blumenau.

⁶ O local foi assim denominado por ser o ponto onde o rio Itajaí-Mirim deságua no Rio Itajaí-Açu.

O município foi atingido por várias enchentes. Segundo Silva (1978) a de 1880 foi a que mais afetou a cidade, interferindo no seu traçado, pois o Rio Itajaí-Mirim, represado pelo Itajaí-Açu, aprofundou seu ribeirão (conhecido como Ribeirão da Caetana), isolando a parte norte da cidade e, exigindo a abertura de uma via que possibilitasse o acesso à Barra do Rio - trata-se, hoje, da atual Rua Tijucas. A via, por sua vez, favoreceu a ocupação oeste da cidade, pois, ligada a outras vias, dava acesso a terras altas e secas. Neste mesmo período, porém, houve também desmembramentos, decorrentes da criação de novos municípios, o que diminuiu a extensão territorial itajaiense. Emanciparam-se alguns distritos, que são: Blumenau (1880), Brusque (1881) e Camboriú (1884) hoje municípios.

Durante o Império, o presidente da Câmara Municipal de Vereadores tinha também as funções executivas do Município. Assim, em 1887, assume a Presidência da Câmara o Sr. Nicolau Malburg, datando desta época a construção do primeiro hospital que se tem registro no município.

Em 3 de janeiro de 1887 era inaugurado o Hospital S. Beatriz (mais tarde sanatório para doenças pulmonares). O nome foi uma homenagem à esposa do então presidente da Província de Santa Catarina, Francisco José da Rocha, apelidado de Bacalhau. Era seu provedor Nicolau Malburg, o Velho, e a renda para a sua construção proveio de uma taxa de 100 réis por dúzia da madeira exportada. (SILVA, 1975, p. 66)

No dia 15/06/1887, na administração do Dr. Pedro Ferreira⁷, foi inaugurado o sistema de abastecimento de água de Itajaí. Neste ano, também tem a mudança para iluminação a querosene, mesmo tempo em que eram abertas novas ruas, alargadas outras e construídas praças.

Desta forma, é marcado o desenvolvimento da cidade no período do Império, que teve seu fim no ano de 1889, quando foi promulgada a República. É

desta época a criação do cargo de Superintendente como chefe do Poder Executivo Municipal, enquanto a Câmara de Vereadores passou a ser denominada de Conselho de Intendência Municipal.

Já nas primeiras décadas do Século XX, Itajaí começa a despontar à vocação de balneário. Assim, terras, antes ocupadas por poucos pescadores, começaram a ser adquiridas por representantes das elites econômicas locais e regionais, para a construção de residências de veraneio, como ocorreu, por exemplo, no Balneário de Cabeçudas, demonstrando a pujança do capital industrial, que se consolidava com o desenvolvimento das iniciativas implantadas pelos imigrantes.

Por outro lado, a abertura da estrada de rodagem, neste caso por iniciativa particular do comerciante itajaiense João Bauer; e o desenvolvimento do lazer nas praias, com utilização do mar para banhos e descanso prolongado das famílias, estimularam a ocupação da orla costeira sul do Município de Itajaí e, logo a seguir, de Camboriú. Na década de 1920, Balneário de Cabeçudas recebia as primeiras intervenções públicas, com a abertura e alargamento de ruas e a instalação do sistema de iluminação pública. Na iniciativa privada registra-se a construção de um hotel⁸, com serviços de hospedagem e alimentação.

[...] agregação de novos valores para a praia de Cabeçudas, todos eles resultantes da capacidade dos componentes das elites econômicas do vale do rio Itajaí, como a construção do Hotel Herbest em 1911, fato que colaborou para a ocorrência de mudanças importantes, quando se analisa a transição de um local somente de pesca para local de veraneio e de pesca para local e de pesca conjuntamente; dando destaque à construção das primeiras residências de veraneio. (CHRISTOFOLI, 2003, p.17)

⁷ Pedro Ferreira e Silva, médico sanitário, natural da Bahia administrou o município no período de 1895 a 1907, não pôde concluir o último mandato, iniciado em 1911, em virtude do seu falecimento em 31/05/ daquele ano. Durante mais de 20 anos foi o maior representante político da cidade.

⁸ O Hotel Herbest foi o primeiro deste gênero a instalar-se em Cabeçudas, de propriedade do casal blumenauense Paul Herbest e Maria Ritter, inicialmente como casa de descanso e cura.

A partir de 1907, Samuel Heusi governou o município durante quatro anos. Sua administração foi marcada pela implantação do primeiro sistema de iluminação de energia elétrica⁹. Este sistema atendia apenas à região central, pois os bairros usavam como fonte de energia o óleo, extraído do bagre o qual era muito abundante na região, recurso este utilizado a partir do declínio da pesca da baleia.

Chegaram os bagres. O que veio resolver, em parte, o problema da falta de óleo. Esta pesca não só proporcionaria uma fonte de renda aos pescadores, mas servia-lhes também de alimento, e veio contribuir n problema da iluminação [...] existia uma pequena indústria onde o óleo era apurado, e depois, comercializado em latas. Seu uso era uma forma mais acessível para manter acessas as lamparinas. (OLIVEIRA, 2004, p. 114)

A década de 1910 também foi marcada por outros avanços na cidade, tais como a inauguração da primeira escola, o “Grupo Escolar Victor Meirelles”, inaugurado em 04 de dezembro de 1913 e implantação de um ainda incipiente sistema de transporte público, que resultou no aparecimento dos primeiros ônibus.

Em 1915, Marcos Konder, assume a superintendência da cidade de Itajaí, representante da poderosa família Konder¹⁰, através de eleições diretas, tendo sido superintendente até o ano de 1930, quando ocorreu a revolução Getulista. Seu governo foi marcado pela construção do Mercado Público de Peixes e Carnes¹¹, importante centro de lazer e cultura do município, localizado, hoje, na denominada Av. Ministro Victor Konder e pela divisão da cidade em área urbana e sub-urbana¹²

⁹ Através da Resolução nº138, de 1910, o poder público autorizou a concessão para exploração dos serviços de energia e força ao Sr. Max Puetter, durante 24 anos. Destaca-se, porém, que esta empresa era de propriedade de outra empresa pertencente a família do Sr. Felix Busso Asseburg, próspero comerciante local.

¹⁰ Essa família tem sua origem no matrimônio de Marcos Konder Senior com Adelaide Silveira Flores. Deste casamento, nasceram Marcos Konder, que foi prefeito de Itajaí; Adolfo Konder, governador de Santa Catarina; e Victor Konder, Ministro da Viação e Obras Públicas. Os Konder, juntamente com os Ramos, são considerados as duas oligarquias mais poderosas do Estado de Santa Catarina.

¹¹ Localizado na antiga Praça do Rio, foi inaugurado em 01/01/1917 e reformado em 1936. Veio atender a agricultores, pescadores e comerciantes de Itajaí, sendo utilizado para venda de produtos a varejo de secos e molhados, chegando a vender tecidos e possuir açougue.

¹² A área urbana era compreendida pelas localidades de Cabeçadas, Barra do Rio, Rio Conceição, Ressacada, além do Centro e parte do atual município de Navegantes.

e pela obrigatoriedade do ensino primário para as crianças com idade entre 07 a 12 anos¹³, fatos ocorridos no ano de 1917.

Em 1920, a municipalidade começou a se preocupar com os dejetos fisiológicos produzidos no município, assim é promulgada, em 27/03/1920, a Resolução nº. 423 que autoriza o poder público a adquirir fossas sépticas, obrigando sua instalação e uso nas residências. Vale ressaltar que, em 1922, é sancionada a Lei nº. 118 de 14/10/1922, a qual assinala como responsabilidade do poder público a realização da benfeitoria àquelas famílias sem condições de fazê-la. Nesta mesma década, foram realizadas também obras para a captação e canalização da água¹⁴, aproveitando a canalização da água proveniente das cachoeiras localizadas nos bairros Fazenda e Ressacada, que atendiam à região central, embora sem quaisquer tipos de tratamento.

Foi também durante o mandato de Marcos Konder que iniciaram as obras para construção do novo prédio para abrigar a administração pública local, chamado de Palácio Municipal¹⁵, por sua beleza e imponência. Com referência à questão de infra-estrutura, em 1927 foi contratado, para a cidade, serviço de energia elétrica pública. Já o serviço de telefonia fixa foi implantado no ano seguinte tanto para a cidade quanto para os distritos.

¹³ Apesar de a lei exigir tal obrigatoriedade, um dos artigos da lei estabelecia que estavam isentos de comparecer às aulas os alunos que residissem a uma distância superior a 3km.(Arquivo Público de Itajaí)

¹⁴ Este sistema de captação e tratamento, realizado pela prefeitura, permaneceu até o ano de 1971, quando foi assinado um convênio, entre a prefeitura e a Companhia de Água e Saneamento Básico de Santa Catarina (CASAN), o qual vigorou até janeiro de 2003, quando o município reassumiu a responsabilidade pela captação, tratamento e distribuição de água. Entretanto, em relação ao tratamento de efluentes domiciliares até hoje inexistente qualquer ação nesta área, continuando com tratamento domiciliar, conforme é exigido pelo município na aprovação do projeto urbanístico, quando existe, caso contrário é emitido diretamente nos rios do município.

¹⁵ Inaugurado em 22/10/1925, abrigava a Prefeitura de Itajaí, o Fórum da Comarca e a Câmara de Vereadores. O Fórum funcionou até 1950, a Prefeitura até 1972 e a Câmara até o ano de 1999. Neste mesmo espaço funcionou, durante anos, o antigo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e, em 1/12/1976, foi instituída a Fundação Genésio Miranda Lins, tendo sido o prédio tombado através do Decreto nº. 5909 de 31/04/1999.(Arquivo Público de Itajaí)

A 12 de outubro daquele ano, Itajaí recebia a visita oficial do governador Adolfo Konder, que vinha inaugurar o novo abastecimento de água da Ressacada, a instalação de luz elétrica em Cabeçudas e a Escola "Lauro Müller", na Vila Operária. Em 9 de novembro, a Prefeitura Municipal celebrou contrato com a Companhia Telefônica Catarinense. (LINHARES, 1998, p.56)

Em 1925, foi construído o Bairro Vila Operária¹⁶, o primeiro da região oeste e também o primeiro a ser efetivamente planejado, o qual foi idealizado pela Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Construtora Catarinense, fundada em 29 de setembro de 1924, sob a liderança de José Eugênio Müller¹⁷. Durante a campanha política da Aliança Liberal, José Eugênio Müller foi o líder dessa sociedade em Itajaí e, embora sua família fosse representante dos conservadores, ele esteve ligado ao capital industrial, tentando transformar a cidade de prestadora de serviços em centro industrial.

A Vila Operária é, para Moreira:

[...] produto de uma época onde a burguesia industrial nascente, começava a participar do poder, aliada a antigos proprietários de terras de características feudais. No Brasil, o desenvolvimento econômico e social sempre representou uma dualidade: uma aliança entre novas forças produtivas e uma antiga classe dominante que decaiu, o que possibilitou ao país desenvolver-se mesmo nas mais variadas épocas (e superar crises econômicas nacionais e internacionais). (MOREIRA, 2003, p. 82).

No primeiro quartil do século XX, mais precisamente no ano de 1926¹⁸, são iniciadas as obras de melhoria do acesso ao Porto, com a construção de molhes ou paredões em forma de cais, um na margem direita e outro na margem esquerda do rio, permitindo, desta forma, a navegação com segurança. A empresa contratada

¹⁶ A Vila Operária nasceu como um empreendimento urbano planejado e construído para “ajudar as famílias trabalhadoras de Itajaí na construção de suas moradias, e cultivar a instalação de suas mordias, e cultivar a instalação de indústrias na cidade” (Cf. MOREIRA, Márcio. In: A formação do capital mercantil e industrial em Itajaí (SC): uma industrialização incompleta, 120 f. Dissertação de Mestrado 2003.)

¹⁷ Filho do Coronel Eugênio Luiz Muller. Em 1915, foi eleito vereador e presidente da Câmara Municipal. Foi responsável pelo surgimento do Bairro Vila Operária e líder da Aliança Liberal em Itajaí. Em 1935, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi prefeito de Nova Friburgo e depois deputado federal por aquele estado.

para a realização destes serviços é a Companhia de Mineração e Metalurgia do Brasil (COBRASIL)¹⁹, que também tinha por objetivo melhorar as edificações para o armazenamento de cargas e a própria administração portuária. Estas obras sofreram diversas paralisações. As obras dos molhes foram retomadas em 1936, sendo que a segunda etapa das melhorias foi realizada em 1950, e a terceira, em 1956, incluindo a construção de um frigorífico.

A Revolução de 1930 teve forte impacto na política local, pois o grupo liderado por José Eugênio Muller trabalhou para que Itajaí se unisse aos estados aliancistas de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, apoiando a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Esta campanha fracassou, sendo derrotados nas eleições os candidatos da Aliança Liberal. Vargas, porém, assumiu a liderança da revolução de 1930²⁰ e tomou o poder central em outubro do mesmo ano, a partir do Rio Grande do Sul.

Em 1930, encerra-se uma etapa da história do Brasil denominada de “República Velha”. No mesmo ano termina também o mandato político de Marcos Konder, que esteve à frente da prefeitura de Itajaí por quinze anos. Com a ditadura Vargas, inicia-se um novo período histórico, conhecido como “nacional-desenvolvimentista”, no qual o Estado agiu como o grande patrocinador do processo de industrialização do país.

¹⁸ Além de Marcos Konder ser prefeito da cidade, na mesma época seu irmão Victor Konder era Ministro da Viação e Obras Públicas (1926-1930) e seu outro irmão Adolfo Konder Governador do Estado de Santa Catarina.(Arquivo Público de Itajaí)

¹⁹ COBRASIL, de propriedade de dois engenheiros, tinha sede, inicialmente na Bahia. Era a única empresa no país com tecnologia na área de engenharia de portos. Mais tarde, como a capital do governo federal era o Rio de Janeiro, a Companhia transferiu sua sede para a mesma cidade. Entrou em concordata em 1990, mas continua em atividade até os dias atuais, tendo sua sede em São Paulo - SP.(Entrevista com ex- funcionário da empresa)

²⁰ A revolução de 30 representou no Brasil um confronto de forças entre as oligarquias agrárias, onde os “agroexportadores” (os cafeicultores), saíram derrotados pelos grandes latifundiários- exemplo destes- Getúlio Vargas - latifundiário gaúcho, cuja produção destinava-se ao mercado interno, que, aliados à burguesia industrial, queriam o desenvolvimento industrial do país.)

1.2 A tentativa de industrialização de uma cidade com vocação para a prestação de serviços

Os revoltosos entraram na cidade liderados por José Eugênio Muller que, representando a Aliança Liberal na cidade, solicitou ao militar Antônio Quintas Maia delegado do serviço militar, para que assumisse, em caráter provisório, o cargo de prefeito de Itajaí. Uma das principais ações deste governo foi a realização de um empréstimo para amenizar a situação dos desempregados de Itajaí.

O aspecto ideológico desta revolução, liderada por Getúlio Vargas, abrangia um amplo espectro. Abraçando fundamentalmente o nacionalismo, o que denota novamente a importância do mercado nacional, essas classes em ascensão, contrapõem-se ao forte período liberal que caracterizou a República Velha deposta, onde a exportação de gêneros primários era o motor principal da economia brasileira. No novo contexto, alguns aspectos de caráter mais reacionário, fortemente presente nos discursos e ações dos líderes revolucionários, denotam o caráter duplo desta revolução. (MOREIRA, 2003, p. 61).

Foi também em 1930 que Juvenal Fiúza Lima, comerciante natural do Rio Grande do Sul, adquiriu uma vasta gleba de terra, na fronteira com o Bairro Vila Operária. O objetivo da compra foi a implantação de um loteamento, que foi desdobrado em 600 lotes. Esta área ficou conhecida como Bairro Fiúza Lima.

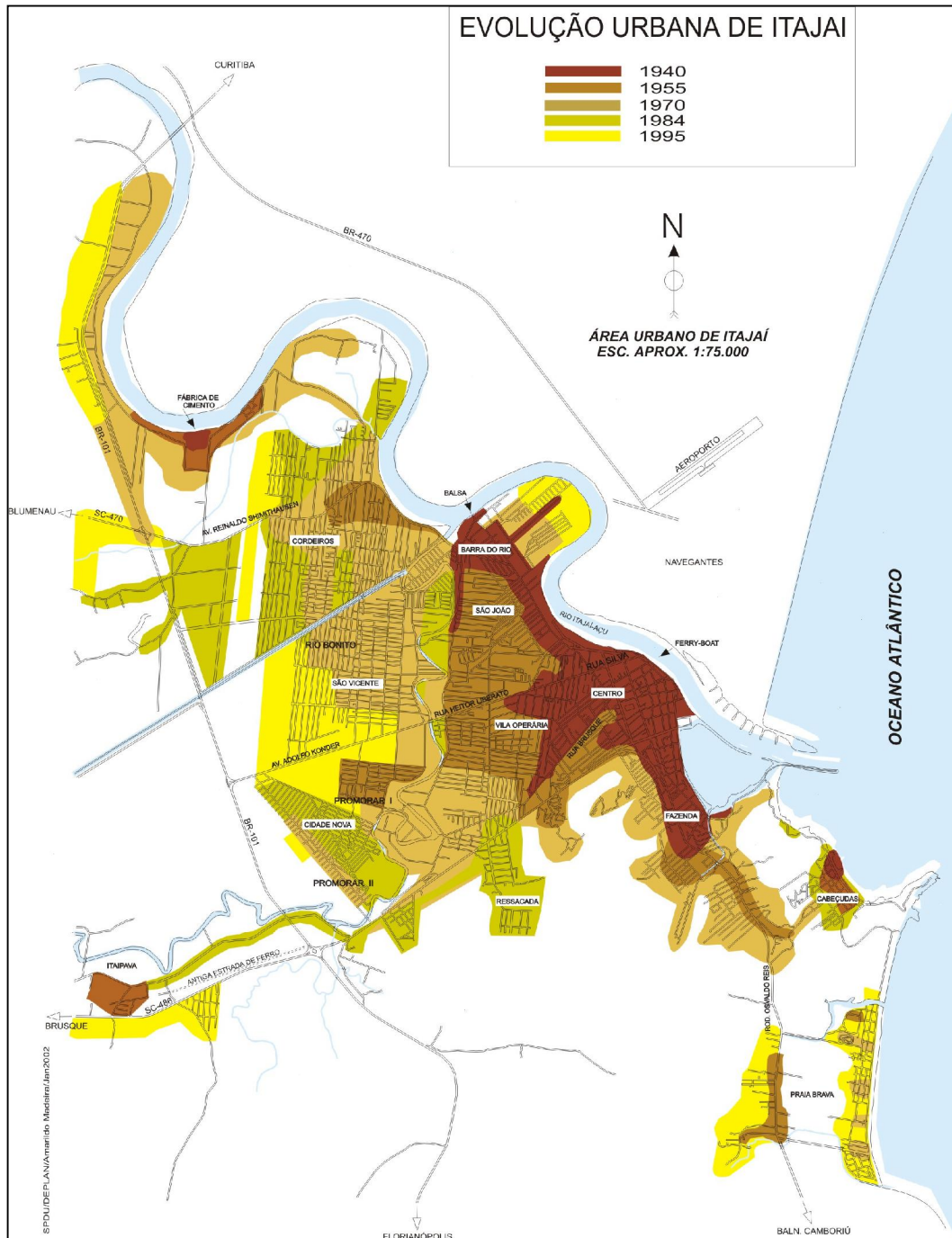
Em relação à infra-estrutura urbana, data desta época a construção da ponte de cimento armado sobre o Rio Itajaí-Mirim, ligando os atuais bairros São João e São Vicente; bem como dos dois cemitérios municipais, o da Fazenda e o de Navegantes²¹. Em 1937, a cidade, em convênio com o Governo do Estado, instalou

²¹ O primeiro cemitério da cidade localizava-se próximo ao curato, junto à Igreja da Imaculada Conceição. Em decorrência do crescimento urbano, foi transferido para área próxima à atual Igreja Matriz e desta, em 1930, para o Bairro Fazenda, quando passou a ser um cemitério municipal.

o Centro de Saúde, que deu início a um incipiente serviço de saúde pública municipal.

Apenas em 1957 é que foi finalmente inaugurado o cais acostável do Porto de Itajaí. Foi através da influência política e econômica, exercida pela COBRASIL, que, na época, o Bairro de Navegantes, ainda integrado ao Município de Itajaí, conseguiu a instalação de energia elétrica necessária à explosão das pedreiras utilizadas na construção dos molhes, minimizando o número de acidentes que ocorriam com os trabalhadores.

FIGURA 1 – Desenvolvimento do Espaço Urbano de Itajaí



Fonte: SPDU/DEPLAN/Amarildo Madeira/Jan2002.

Nesta década, a de 1950, a mancha urbana de Itajaí se expandiu para o sudeste, conforme pode ser observado no mapa, com a criação do Bairro São Judas

Tadeu, cujas origens representavam uma extensão dos bairros Vila Operária e Fiúza Lima, atendendo à demanda habitacional gerada pelas classes trabalhadoras.

Entre as décadas de 40 e 60, do século XX, as atividades econômicas em Itajaí foram altamente influenciadas pela exportação de madeira, vindas do planalto norte catarinense. Este período, de grande vitalidade para o Porto de Itajaí, corresponde ao chamado “ciclo madeireiro”, quando, conforme Moreira (1995), do total de carga exportada no ano de 1940, por exemplo, 42% era representada pela madeira que chegava à cidade transportada por caminhões procedentes do planalto catarinense e, até que fosse embarcada, através de seu porto, ficava armazenada em galpões próximos ao porto²². O Porto de Itajaí era considerado, na época, o maior porto exportador madeireiro do país. A cidade, por sua posição geo-espacial, ocupava posição de reconhecida importância, pelas possibilidades de comércio que se abriam na região de entorno do porto.

Os estabelecimentos madeireiros, em grande parte filiais de empresas planálticas, começaram a se instalar no perímetro urbano de Itajaí de forma esparsa, porém já no final da década de 50, verifica-se uma tendência à concentração das firmas de madeira nos altos das ruas Blumenau, Alfredo Eicke e outras. (MOREIRA, 1995, p. 126).

A consolidação da atividade portuária de Itajaí e, sobretudo, o expressivo comércio madeireiro, exercerão um papel fundamental na organização sócio-espacial do seu núcleo urbano, que primeiramente se desenvolveu às margens do Rio Itajaí-Açu. Com a decadência da atividade madeireira e a desativação das empresas ligadas ao setor, as áreas ocupadas pelos antigos galpões foram desmembradas e loteadas, permitindo a expansão do Bairro São João e, ao mesmo tempo, definindo o traçado do arruamento deste bairro. O bairro que foi nascendo conforme as empresas madeireiras iam se extinguindo na cidade, conserva suas

características iniciais e não segue os padrões dos outros bairros de classe operária da cidade (Dom Bosco, Vila Operária, São Judas), nos quais os primeiros moradores venderam suas propriedades e foram morar em lugares mais periféricos, pois no caso do Bairro São João, os lotes se mantêm, em sua maioria, com as famílias que o adquiriram inicialmente.

Este fato dá certa peculiaridade ao local, pois para quem não conhece a história da cidade, analisa o mesmo como um local diferenciado dos bairros “centrais” da cidade, pois nele residem famílias de classe baixa.

Por outro lado, é preciso lembrar que, já na década de 60 do século passado, o desenvolvimento da rede rodoviária nacional e estadual acarretou a diminuição do transporte marítimo que, aliada à decadência da exportação de madeira, decorrente da extinção da cobertura vegetal existente, ou seja, ocorreu o esgotamento das reservas de araucária. Esta situação mudou as características econômicas da cidade, visto que sua principal fonte de renda estava relacionada ao comércio madeireiro realizado através do porto. “O problema, além de econômico, tinha um sentido social, com o desemprego motivado pela desativação das empresas madeireiras.” (TEIXEIRA, 1995, p. 132)

O declínio da exportação da madeira evidenciou a necessidade de o município investir em outros segmentos econômicos. Com as condições naturais favoráveis à pesca e, com a definição de incentivos federais²³, a cidade, entre o

²² Estes galpões situavam-se em frente ao porto, na atual Rua Blumenau, onde, atualmente, localiza-se o hoje Bairro São João.

²³ O incentivo federal criado pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) consistia na possibilidade de abatimento do Imposto de Renda dos valores aplicados na pesca, o que serviu para criação e ampliação de indústrias pesqueiras, tanto de captura como de manipulação e industrialização do pescado. Com o crescimento da indústria da pesca, abre-se um novo ciclo para o porto. Paralelamente, surgiram também as grandes empresas de construção naval no município, para dar suporte ao setor pesqueiro, principalmente na produção de barcos de ferro, também financiados pela SUDEPE. Dentre as empresas ligadas à pesca neste período destacam-se: Krauser, Porto Belo,

período de 75 a 90 do século passado, tornou-se um dos maiores pólos pesqueiros do país.

Na década de 70, foram criados os Distritos Industriais²⁴, nos bairros Imaruí, Cordeiros e São Vicente²⁵, visando estimular à diversificação de atividades produtivas em Itajaí. O município adquiriu terrenos, localizados em diferentes bairros, dotando-os de infra-estrutura para a instalação de empresas com mais de vinte funcionários. Segundo o “Perfil de Itajaí”²⁶ (2004), em 1976, o município tinha três distritos industriais, nos quais haviam se estabelecido mais de 150 empresas, as quais empregavam cerca de seis mil pessoas. O destaque maior ficava com a indústria pesqueira, que contava, nestes distritos, com trinta estabelecimentos ligados à captura ou ao beneficiamento do pescado.

Paralelamente a essas mudanças econômicas do município, começaram a ser construídos conjuntos habitacionais em diversas localidades de Itajaí como, por exemplo, nos bairros Fazenda, Cordeiros, Centro e São Vicente, financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) criado em 1964. Neste mesmo ano, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). O BNH teve a incumbência de centralizar a produção e distribuição de unidades habitacionais, como órgão gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e também foi a entidade reguladora do

Kowalski. Destas, apenas a Kowalski S.A. sobrevive até os dias de - sua sede está localizada na Rua Blumenau. (MOREIRA, 2003)

²⁴ Atualmente, no 1º Distrito - o de Imaruí - há apenas três empresas em atividade com “atividades industriais”: Quaker Alimentos, Café Cometa e Fogões Kumm. Já no Distrito de Cordeiros observa-se uma concentração do comércio atacadista, enquanto no São Vicente destacam-se empreendimentos ligados ao serviço do porto, tais como: depósito de contêineres e reparos. (Conforme informações obtidas no DEPLAN – Departamento de Planejamento em entrevista realizada em 22/05/05)

²⁵ O distrito industrial localizado no bairro São Vicente, entretanto, apesar de ter sido instituído oficialmente, não foi implementado até a atualidade já que a municipalidade não tomou as iniciativas cabíveis no sentido de desapropriar as terras para viabilizar sua concretização. Grande parte desta área pertencia a pessoas com forte influência política (Rizzi, Gugelmim entre outras) as quais não tinham interesses na desapropriação. (DEPLAN)

²⁶ Trata-se de uma publicação oficial do município, produzido pela Secretaria de Indústria e Comércio, que mostra de maneira sintetizada a história e a geografia; destacando as vantagens de se investir na cidade.

Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), compondo, desta forma, o Sistema Financeiro de Habitação. Os recursos do FGTS eram destinados às camadas sociais de baixa renda. Em 1986, o BNH foi extinto, passando suas atribuições à Caixa Econômica Federal.

No período em que esteve em atividade, o SFH financiou a aquisição de 6,8 milhões de unidades residenciais e alternou períodos de intensa produção de unidades residenciais com outros de performance medíocres. Apesar da trajetória da política habitacional e as tentativas da instituição, não foram suficientes ou eficientes, no cumprimento do seu objetivo original de prover habitação digna para as famílias mais pobres, ou ainda, quando isso aconteceu, gerou a produção de conjuntos habitacionais segregados, longe da malha urbana, sem transporte freqüente, isolados e carentes de infra-estrutura. Tal fato pode ser observado na época em que os conjuntos habitacionais foram construídos, pois, atualmente, a maior parte dos conjuntos já foi incorporado à malha urbana²⁷.

Estudos sobre a política habitacional têm mostrado que, quando de sua criação, em 1964, a intenção do governo era a de criar mecanismos de controle dos movimentos contrários ao golpe promovido pelos militares. A concepção dos idealizadores era a de que pessoas que tivessem seu foco voltado para a aquisição de sua habitação, deixariam as lutas políticas que assolavam o país para um segundo plano, o que favorecia, naturalmente, os interesses do regime implantado no país.

Alguns desses conjuntos habitacionais, produzidos na Cidade de Itajaí, hoje integram a área física do Bairro Cidade Nova, em razão da nova divisão geo-

²⁷ Estas informações foram obtidas no Seminário Internacional “Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social” realizado pela PUC, em Campinas do qual a mestrandia participou, e teve a

espacial de bairros, realizada pela Prefeitura Municipal em 1998, através da Lei nº. 3359, que dividiu o perímetro urbano de Itajaí em zonas administrativas. Foi esta alteração que deu origem ao Bairro Cidade Nova, que é um desmembramento do Bairro São Vicente. Este bairro é o objeto deste estudo e ele será focado mais adiante, em capítulo específico.

1.3 O desenvolvimento do urbano da cidade de Itajaí nas últimas décadas

Em Itajaí, o aumento populacional expressivo registra-se na década de 1970. Desta para a década seguinte, portanto a de 1980, a população urbana cresceu 45,70% e, de 1980 para 1991, mais 45,46%. A década de 1980, foi a de maior crescimento populacional. O censo do IBGE (Instituto Brasileiro Geografia e Estatística) realizado em 1991 aponta um crescimento de 38,37%, o que em números absolutos significa um aumento 33.175 habitantes. A Tabela 01 abaixo demonstra, ao lado do crescimento da população de Itajaí, a nítida diminuição da população rural do município nos últimos 30 anos.

TABELA 1 – Crescimento Populacional de Itajaí, referente ao período de 1970 a 2000.

Ano	Pop. Rural	População Urbana	Pop. Total	% Rural	% Urbana
1970	9.085	54.054	63.139	14,39	85,61
1980	7.703	78.753	86.456	8,91	91,09
1991	5.076	114.555	119.631	4,24	95,76
2000	5.544	141.950	147.494	3,76	96,24

Fonte: Dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), através do site www.ibge.gov.br

oportunidade de ver apresentações sobre alguns conjuntos habitacionais como Cidade Tiradentes,

TABELA 2 – Crescimento Populacional de Santa Catarina, referente ao período de 1970 a 2000.

Ano	Pop. Rural	População Urbana	Pop. Total	% Rural	% Urbana
1970	1.654.502	1.247.158	2.901.660	57,02	42,98
1980	1.474.042	2.154.250	3.628.292	40,63	59,37
1991	1.333.457	3.208.537	4.541.994	29,36	70,64
2000	1.140.100	4.217.763	5.357.864	21,28	48,72

Fonte: Dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), através do site www.ibge.gov.br

TABELA 3 – Crescimento Populacional do Brasil, referente ao período de 1970 a 2000.

Ano	Pop. Rural	População Urbana	Pop. Total	% Rural	% Urbana
1970	41.037.586	52.097.260	93.134.846	44,06	55,94
1980	38.573.725	80.437.327	119.011.052	32,41	67,59
1991	35.834.485	110.990.990	146.825.475	24,41	75,59
2000	31.947.618	137.925.238	169.872.856	18,81	81,19

Fonte: Dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE), através do site www.ibge.gov.br

A análise das Tabelas 1, 2 e 3 permite inferir que o Município de Itajaí, nos últimos 30 anos, apresentou um crescimento populacional de 233,60%, com uma redução da população rural de 61,02%. Mesmo na década de 70, quando o Estado de Santa Catarina era predominantemente agrícola 52,07% Itajaí já se destacava como um município urbano, com um total de 85,61% de sua população concentrada na zona urbana. Este aumento corresponde, na verdade, a um fenômeno que, de um modo geral, repetiu-se em diferentes estados e municípios brasileiros, em razão do acelerado processo de industrialização do país, que acabou intensificando a

urbanização, ao mesmo tempo em que provocava o êxodo rural, conforme pode ser observado através dos dados apresentados nas tabelas 2 e 3.

O crescimento da população urbana, por sua vez, passou a exigir do poder público iniciativas para a melhoria da infra-estrutura, tais como a expansão do sistema viário, a ampliação da rede de abastecimento de água e energia, a instalação de postos de saúde, de escolas públicas e também questões referentes a condições de habitabilidade. Estas melhorias, porém, não acompanharam a demanda, razão pela qual a população urbana, sobretudo a de baixa renda, acabou sendo afetada, tendo suas necessidades básicas cada vez menos atendidas e necessitando, cada vez mais, de políticas públicas, que na sua maioria foram compensatórias.

Visando minimizar estes problemas, o poder público municipal criou, em 1997, as Leis nº. 3.185 e nº. 3.186, através das quais concede isenções fiscais às empresas geradoras de empregos. Para a implementação destas leis, adquiriu uma área de 2,2 milhões de m², situada na localidade do Rio do Meio, visando à instalação de novas unidades industriais. Entretanto, até o momento, este local não foi utilizado, em razão de várias ações judiciais promovidas por Organizações Não Governamentais (ONGs), que tentam provar que o terreno em questão constitui, em sua maioria, área de preservação permanente, por abrigar parte da cobertura vegetal da Mata Atlântica e estar localizado próximo de ponto de captação de água.

Cabe ressaltar, ainda, que a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) tem se revelado um importante agente na definição do ordenamento espacial da cidade, através da sua influência nas decisões relativas às diretrizes do desenvolvimento urbano, especialmente na definição da ocupação do uso do solo de Itajaí. Exemplo disto é a participação da UNIVALI nos estudos de impacto ambiental, além da

presença de professores desta Instituição à frente de entidades não governamentais, que em sua maioria são presididas por professores desta instituição e acabam não se envolvendo nas discussões devido a seus vínculos empregatícios.

Para exemplificar, o papel da UNIVALI na questão do desenvolvimento urbano, relataremos dois momentos distintos; nas discussões relativas à ampliação do Porto de Itajaí, onde, apesar de esperadas divergências quanto à ampliação e à forma como a mesma vinha sendo realizada não houve manifestação da sociedade civil, pois, a Instituição UNIVALI foi contratada para realizar os estudos de impacto ambiental, o que impediu qualquer protesto por parte das ONGs. E já no caso do Bairro Praia Brava, onde não houve a contratação dos serviços da instituição, apesar de o poder público municipal ter chamado todas as entidades representativas do bairro e realizado um planejamento participativo, não houve o avanço esperado nas discussões, pois as ONGs entraram com recurso na Promotoria Federal, no sentido de impedir qualquer ação do poder público municipal no bairro.

A partir da década de noventa do século passado, após a posse do presidente da república Fernando Collor de Melo, começou a se consolidar a política econômica neoliberal no Brasil. As novas idéias neoliberais eram associadas como a chegada da modernidade e um dos fatos representativos desta realidade no município foi a extinção da Portobras, empresa estatal responsável pela administração dos terminais portuários brasileiros. Isto representava a possibilidade de entregar a administração e a exploração dos portos à iniciativa privada. O Porto de Itajaí ficou, no ano de 1991, subordinado à administração da Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP). No ano de 1993, foi promulgada a Lei nº. 8.630, de 25 de fevereiro, que trata, entre outros, de aspectos relacionados à administração

dos portos, mais especificamente da utilização de “mão de obra não avulsa”, ou seja, da não utilização de estivadores sindicalizados. Esta modificação no sistema de trabalho portuário ganhou notoriedade na cidade, pois, embora neste período a principal atividade econômica fosse a indústria pesqueira, há na categoria dos estivadores uma grande tradição histórica de lutas e organização²⁸. A discussão acerca da modernização dos portos e, em especial, na Cidade de Itajaí, tornou-se tema freqüente em palanques eleitorais, pois o porto havia sido municipalizado provisoriamente em 1995, e, no ano seguinte, a administração local começou a divulgar os recordes nas exportações, melhorando a atividade econômica da cidade.

[...] este porto fluvial deixou de ser um mero local de desembarque de imigrantes europeus para o Vale do Itajaí no início do século XX, quando lideranças de Itajaí se projetaram no cenário político nacional, momento em que suas “condições naturais” foram metamorfoseadas, passando a representar a razão de ser da cidade. (SILVA, 2004, p. 303)

Segundo o mesmo autor, os trabalhadores urbanos também tiveram suas formas de organização ampliada a partir das atividades do porto e são em grande parte responsáveis pela cultura operária urbana em Itajaí. Esta classe trabalhadora, com seu trabalho, teve a possibilidade de adquirir seu terreno e sua casa, contribuindo com o processo de expansão e periferização da cidade.

Hoje, 154 anos após sua emancipação oficial, Itajaí tem uma população de aproximadamente 161.784 habitantes²⁹ e sua principal fonte econômica concentra-se nas atividades portuárias o que interfere diretamente na paisagem urbana. A cidade, em quase toda a sua totalidade, é um depósito de contêineres; o número de caminhões que circulam na malha viária para levarem contêineres até o porto é

²⁸ Até os dias atuais, o Sindicato dos Estivadores é um dos mais organizados. Prova disso é que os mesmos continuaram com seus direitos de serem os únicos a poderem trabalhar nos navios, passando este direito, inclusive, para seus familiares. Os trabalhadores da estiva estão entre os que possuem melhores salários na cidade, recebendo em média, cinco mil reais/mês.

muito superior à capacidade do sistema viário e do próprio porto. Os serviços relacionados ao porto representam as maiores possibilidades de trabalho na cidade, mas, por outro lado, estão relacionados diretamente aos piores pontos no que tange à falta de segurança pública, à habitabilidade e à mobilidade urbana. O Porto de Itajaí transformou-se, na última década, no primeiro porto do Estado em exportação de cargas containerizadas, este fato mudou bastante a paisagem urbana da cidade. Diversas áreas que eram quase que exclusivamente de uso residencial passaram a dividir espaços com depósitos de contêineres e a manutenção dos mesmos. Este fato trouxe vários problemas, pois o barulho constante de caminhões e o maquinário necessário para o conserto trouxeram problemas na qualidade de vida dos moradores da região, que se encontram no entorno destes estabelecimentos. O número de veículos, nas últimas duas décadas aumentou de vinte mil para sessenta mil carros, e o sistema viário ficou precário, disputando, o mesmo espaço carros de passeio e caminhões de carga pesada.

O porto voltou a ser a maior fonte arrecadadora de recursos diretos para a cidade; porém, devido à falta de planejamento estratégico, estes recursos financeiros não foram garantia de investimentos que proporcionassem uma cidade com maior equidade social.

Vale destacar que esse crescimento do porto também mudou sua configuração, pois, anteriormente, era um local de atração turística para moradores da cidade e visitantes, que iam até o local para verem a chegada e saída dos navios no porto. Porém, com sua expansão e a necessidade de colocar os contêineres perto do local de embarque, a administração portuária indenizou vários donos de

²⁹ Dados obtidos no IBGE. Disponível em www2.ibge.gov.br/pub/Estimativas_Projecoes_Populacao/Estimativas_2004. Acesso em: 26/03/2005.

áreas que se localizavam perto do porto e, posteriormente construiu uma parede de aproximadamente três metros de altura, a qual impede que as pessoas vejam o seu funcionamento. A cidade, com isto, perdeu um dos seus principais pontos turísticos.

Cabe aos novos gestores públicos, juntamente com os atores sociais, estabelecerem políticas públicas adequadas, efetivas, eficazes e eficientes para resolução dos problemas, que interferem na construção do espaço urbano e no processo de inclusão social.

2 A RECENTE EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO E A PERIFERIA OESTE

Itajaí é pólo da região e sede da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI) e, por ser uma cidade portuária, passou a atrair fluxos migratórios, representados pela população carente de outros municípios e estados, em busca de melhores condições de vida.

O tipo de colonização iniciado em Itajaí e a inexistência de um plano de expansão propiciaram um crescimento da cidade sem qualquer tipo de gestão do espaço. Assim, devido às suas origens relacionadas à função portuária, o sítio urbano da cidade foi ajustado à margem direita da foz do Rio Itajaí-Açu, tomando o próprio rio como elemento gerador da configuração do núcleo urbano. Ao longo de sua evolução histórica, pode-se identificar a ação de um conjunto de forças, visto a cidade ser capitalista.

[...] é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais [...]. Entre processos sociais, de um lado, e as formas espaciais, de outro, aparece um elemento mediatizador que viabiliza que processos sociais originem as formas espaciais. Este elemento viabilizador constitui-se em um conjunto de forças atuantes ao longo do tempo, postas em ação pelos diversos agentes modeladores, e que permitem localizações e realocações das atividades e da população na cidade. São os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista. (CORRÊA, 1999, p. 36).

O Atlas de Santa Catarina (1986, p. 46) trata da evolução urbana do Estado e, citando Itajaí, destaca que a cidade segue o modelo catarinense³⁰, o qual pode ser sintetizado em cinco períodos:

³⁰ O desenvolvimento econômico catarinense é um tema bastante polêmico abordado por autores e correntes teóricas distintas. A referência a um modelo catarinense de desenvolvimento para MAMIGNON (1986.p.104) é restritiva já que “o fator fundamental, a produção mercantil transportada da Europa do século XIX ocorreu nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e mesmo Paraná e seu êxito industrial contrasta com a fraqueza da industrialização até recentemente, nas áreas de pecuárias extensivas (Campanha Gaúcha, Campos de Lages etc)”.

- até 1940, a urbanização catarinense, tal como a brasileira em geral, é pouco expressiva, pois a economia estadual é essencialmente agrícola. As dificuldades de transporte não permitiam uma vida econômica integrada, gerando redes urbanas praticamente independentes;
- a partir de 1940, sobretudo nos anos 1950, vários núcleos urbanos se expandiram devido à intensificação das trocas internas, o que passa a exigir um sistema de transportes entre os centros urbanos e as diferentes regiões do estado e do país;
- a partir da década de 1960, o comércio tornou-se intenso e a agricultura especializada, o que permitiu a estruturação da agroindústria, com reflexos na expansão da rede urbana e dos próprios núcleos urbanos;
- já nos anos 1970, as indústrias proporcionaram maior retorno econômico do que a agricultura, atraindo para as cidades grandes contingentes populacionais do campo, aumentando expressivamente o percentual da população residente nos núcleos urbanos;
- nos anos 80, o êxodo rural cresce, acompanhando a crise econômica responsável pelos elevados índices de desemprego, o que, por sua vez, aumenta a periferação das médias e grandes cidades catarinenses, fenômeno este, aliás, que foi também nacional.

O sistema viário de Itajaí contou com intervenções isoladas ao longo do tempo, sempre associadas ao quadro físico natural (relevo e hidrografia em especial) e aos eixos econômicos, que acabaram por definir o traçado urbano, sintetizado como uma combinação do sistema ortogonal com o radial-concêntrico, conforme se pode depreender da análise Figura 01 (planta do município).

Itajaí é uma cidade muito plana, pois está localizada em uma planície fluvial. A morfologia urbana é marcada, pois, pelo relevo e pelo curso do Rio Itajaí-Açu e do

seu afluente, o Itajaí-Mirim. Até 1940, o núcleo urbano estava restrito a um espaço que margeava o Itajaí-Açu, e a dinâmica de ocupação inicial do espaço urbano se processou na direção sudeste-noroeste, principalmente, ao longo dos eixos rodoviários que cruzavam a cidade primitiva - do Bairro Fazenda à Barra do Rio, pela existência do corredor produtivo oriundo do norte do Estado (Joinville), em direção à Capital (Florianópolis).

A partir de 1955, a mancha urbana assume uma nova direção no sentido oeste, dando origem aos hoje já tradicionais bairros da Vila Operária e de São João, limitados pelo Rio Itajaí-Mirim. Houve, também, uma expansão em direção à Blumenau, correspondente ao Bairro Cordeiros, bem como em direção à Brusque, que deu origem ao Bairro Dom Bosco.

É importante destacar que, nas décadas 50 e 60 do século passado, encontrava-se em atividade a Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC), ligação ferroviária entre o Porto de Itajaí e alto Vale do Itajaí-Açu³¹. De sua implantação até a desativação, em 1972, o traçado da ferrovia, bem como os equipamentos a ela vinculados, deixaram marcas no traçado urbano da cidade.

O espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade, por isso, a sociedade não pode operar fora dele. Conseqüentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) [...]. (SANTOS, 1995, p. 49).

A linha ferroviária terminava no Bairro Fazenda, porém na região de Itaipava havia também uma estação ferroviária com uma parada obrigatória do trem, que acabou estimulando o desenvolvimento desta área do município, onde surgiram

³¹ A construção desta estrada de ferro era uma antiga reivindicação dos habitantes do Vale do Itajaí, onde se localizavam alguns núcleos urbanos, entre os quais Blumenau, que começaram a se destacar como pólos industriais de projeção nacional. É importante lembrar também que o porto

olarias e feclarias. Ainda hoje o Bairro Itaipava é relativamente deslocado da mancha urbana de Itajaí, pois existem vários espaços vazios, além de ser situado após a BR -101, como pode-se observar na Figura 01. O Bairro Itaipava³² caracteriza-se pela presença de pequenos empreendimentos ligados a olarias e artefatos de cimento e, hoje, com a expansão do porto alguns depósitos de contêineres estão situados no local. Somente nos últimos anos é que os espaços entre Cidade Nova e Itaipava começaram a ser ocupados por loteamentos e por unidades industriais localizadas às margens da Av. Vereador Francisco João Abrahão, na face direita da BR- 101 e, na esquerda, à rodovia Antônio Heil, como pode ser observado na Figura 01.

A partir da década de 1970, seguindo uma tendência nacional, acelera-se o crescimento urbano de Itajaí, em consequência das transformações que passam a ocorrer também nas áreas agrícolas.

[...] uma diferenciação entre espaços e cidadãos, onde se percebe que nas cidades as atividades são bem mais distintas e os indivíduos têm maiores possibilidades de trabalho livre, fator que determina a concentração acentuada nas cidades. Tal fator produz uma estruturação e relocação dos aspectos da paisagem até então considerada rural, que adquire formas diferenciadas e passa a exercer novas funções dentro de um processo contínuo de evolução. (SANTOS, 1994, p. 56).

2.1 Espaço urbano e segregação

A fragmentação do espaço urbano, o contínuo crescimento e adensamento da periferia e o aprofundamento da segregação sócio-territorial são as principais características do acelerado processo de urbanização brasileiro.

representava a via de escoamento natural para os produtos desta área destinados a outras regiões do país, num período em que o sistema rodoviário era ainda muito precário.

³² O projeto realizado pela UNIVALI e Empresa de Pesquisa de EPAGRI e outras instituições parceiras, denominado de "Gerenciamento Costeiro", coloca a BR-101 como um divisor "natural" na cidade de Itajaí, a margem direita deverá sofrer um adensamento populacional habitação, e a outra parte territorial do município ficar como rural.

O estágio atual do crescimento das cidades tem como característica marcante a importância assumida pela dimensão ambiental dos problemas urbanos, especialmente os associados ao parcelamento, uso e ocupação do solo, com relevante papel desempenhado pelos assentamentos habitacionais para população de baixa renda. (GROSTEIN, 2001. p. 13).

Tal processo possui íntima relação com o mercado imobiliário formal e informal e promove a formação de núcleos ou manchas que não se articulam com a malha urbana pré-existente, da qual estão isolados por enormes áreas vazias no interior do próprio espaço urbano. Como coloca Grostein (2001, p. 14) “o agravamento da informalidade nas décadas recentes pode ser avaliado tanto pela diminuição da oferta de loteamentos regulares, quanto pelo seu contraponto: a oferta crescente de loteamentos irregulares e clandestinos nas áreas de proteção aos mananciais”.

Em certos casos, a intervenção pelo poder público, através da política habitacional, reproduz esse padrão segregativo e excludente de urbanização periférica, aprofundando as desigualdades espaciais e sociais. Esta situação pode ser observada no Bairro Cidade Nova, onde, quando foi implantado o primeiro Conjunto Habitacional, o local era totalmente desprovido de serviços de infraestrutura, bem como de equipamentos sociais.

A aplicação do conceito de segregação é bastante polêmica e variada, conforme a visão de diferentes autores. Vasconcelos (2004, p. 260 *apud* HOUAISS, 2001, p. 2535), afirma que a palavra segrega, em sua origem latina, significa “[...] separar do rebanho”, podendo, daí, também ser usada de forma precisa, como a própria separação e isolamento de grupos humanos. Ao fazer uma análise histórica de seu uso, o mesmo autor destaca que o conceito de segregação aparece pela primeira vez, em Park (1916) na academia, na Escola de Ecologia Humana, no livro *The Cith* (1925), onde define segregação como a repartição das populações nas

grandes cidades, considerando a segregação primeiramente pela língua e cultura e, após, pela raça, mas, em nenhum momento, relacionando à questão econômica. O autor continua discorrendo sobre o assunto, citando o sociólogo Duncan Timms (1971), que propôs uma Teoria da Diferenciação Residencial, na qual inclui o poder econômico, composição familiar e as características étnicas, acrescentando, ainda, a mobilidade social, que é segundo este autor, uma tomada de decisão pelas pessoas. Vasconcelos (2004) dá continuidade à sua análise citando David Harvey, que apresenta a segregação residencial como resultado do acesso diferenciado à educação e ao trabalho, lembrando que o domínio numérico dos negros e porto-riquenhos teria produzido um “gueto” no coração da cidade americana, sem, contudo, considerar a exploração econômica que leva à formação de guetos. O autor cita que, Pinçon-Charlot (1986), Préteceille (1986) e Rendu (1986), estudaram a segregação da região urbana de Paris, relacionando as classes sociais com a oferta de equipamentos coletivos, chegando à conclusão que existe uma grande diferença entre uma Paris fortemente equipada, com uma população cada vez mais burguesa, e uma periferia popular e mal equipada, levando a uma exclusão cada vez maior da maioria da população, e continua afirmando que em outro estudo de Préteceille (2003), este coloca que a segregação residencial seria gerada pela apropriação das melhores áreas pelas categorias superiores, levando os mais pobres para espaços mais desvalorizados.

Vasconcelos (2004), citando o livro *La ségrégation dans la ville* (1994), resultado de um seminário destaca ainda dois textos sobre o assunto: o primeiro do geógrafo Jacques Brun (1994), que considera segregação uma categoria pouco precisa para ser utilizada como ferramenta conceitual rigorosa (p. 22). No caso dos ricos, ele considera existir o que define como uma auto-segregação ou agregação

por interesses comuns. O segundo texto é do sociólogo Yves Grafmeyer (1994), que salienta três formas de segregação, decorrentes de: (1) diferenças de localização de grupos; (2) chances desiguais de acesso aos bens materiais e simbólicos da cidade; e (3) aproximação das idéias de enclave, de bolsão, de sede (*foyer*) e de gueto (p. 88-99).

Nos estudos brasileiros sobre segregação, destaca-se também o trabalho de Corrêa (2003), na obra *Espaço Urbano*, onde o autor refere-se à auto-segregação relativa à classe dominante que escolhe onde e como morar e as segregações impostas, que estão relacionadas evidentemente aos grupos sociais para os quais a questão de morar e de como morar não oferece opção. Neste sentido, o autor enfatiza que:

A segregação assim redimensionada aparece com um duplo papel, o de ser um meio de manutenção dos privilégios por parte da classe dominante e o de um meio de controle social da classe dominante e o de um meio de controle social por esta mesma classe sobre os outros grupos sociais, especialmente a classe operária e o exército industrial de reserva. (CORREA, 2003, p. 64).

Neste sentido, a segregação é vista como um meio de reprodução social onde sempre existirá uma classe que existirá para produzir a mais valia e manter, desta forma, as relações de exploração entre as classes sociais, assim, o espaço social age como um elemento condicionador sobre a sociedade.

Vasconcelos (2004) coloca que, no Brasil, não se pode falar em segregação, porque ninguém é impedido de morar em um lugar por raça, credo; o que existe é um país onde a desigualdade social é uma das maiores do mundo, fazendo surgir um antagonismo entre as diferentes camadas sociais, provocada pela política econômica, que torna o Estado frágil, deixando para o mercado toda a questão imobiliária.

A segregação na forma da origem da palavra no Brasil, realmente não ocorre, pois não existe espaços normativos de quem pode morar, mas na realidade o que se percebe é uma separação de classes sociais, pois as diferentes classes sociais tem lugares diferenciadas, desde os lugares considerados públicos como os *shoppins-centeres* até as praias.

Nabil Bonduki, em seu livro *Origens da habitação social no Brasil (1998)*, fala que:

[...] com a expansão periférica garantia-se dois objetivos há décadas buscados pela elite: desadensar e segregar. Deste modo, os investimentos públicos poderiam ser concentrados nas áreas habitadas pela classe média e alta e, por outro, seria viabilizada uma alternativa de baixíssimo custo para que os trabalhadores tivessem à casa própria [...]. (BONDUKI, 1998, p. 288).

Esse modelo de cidade, entre outros problemas, acarreta inúmeras disfunções e um elevado gasto de recursos públicos. A forma urbana resultante desse modelo é responsável por enormes pressões sobre o sistema de circulação urbana. No caso do transporte coletivo, há um maior custo das passagens (ou deslocamentos, também em termos de tempo para a classe trabalhadora), e uma pressão junto ao poder público para que reforce constantemente os investimentos no sistema rodoviário, em detrimento das formas mais incluídas da produção do espaço urbano.

A descentralização foi viabilizada pelo desenvolvimento de meios de transporte mais flexíveis, como ônibus, caminhão e automóvel não mais presos aos trilhos. Resultou também dos interesses dos proprietários fundiários e promotores imobiliários. Mas é preciso considerar, entretanto, a própria dinâmica capitalista, que, de modo ponderável, atua subjacente aos fatores de repulsão [...]. Nesta dinâmica também estão presentes os interesses dos industriais do setor do transporte. (CORRÊA, 2003, p. 46).

No caso de Itajaí, a busca de áreas menos valorizadas para implantação de loteamentos e conjuntos habitacionais destinados às classes populares levou à transposição do Rio Itajaí-Mirim, caracterizando um terceiro estágio na evolução do seu processo de urbanização. Alguns estudiosos têm colocado o Rio Itajaí-Mirim

como um delimitador “natural” entre as áreas reservadas às classes médias e altas e às classes pobres, que fica à face oeste do rio. Foram implantados muitos loteamentos na periferia oeste e a região ficou conhecida popularmente por Vassorão³³ se transformou no Bairro São Vicente, atualmente o segundo maior bairro da cidade em população, conforme pode ser observado na Tabela 04.

TABELA 4 – Comparativo do aumento populacional por bairros nos anos de 1996 e 2000, da Cidade de Itajaí.

Zonas Administrativas	Total 1996	Total 2000	Crescimento Populacional (%)
Barra do Rio	4.741	5756	11,40
Cabeçudas	833	985	11,80
Canhanduba	542	558	10,30
Centro	10.884	10.558	-,96
Cidade Nova	11.805	14.592	24,90
Cordeiros	26.572	28.737	10,80
Dom Bosco	5.568	5.735	10,30
Espinheiros	2.437	3.731	15,30
Salseiros	1.282	1.525	11,90
Itaipava	3.450	4.027	11,70
Fazenda ³⁴	13.599	13.718	10,10
Praia Brava	2.498	2.737	11,00
Ressacada	3.178	3697	11,60
São João	12.454	12.510	10,00
São Vicente	21.980	25.401	11,60
Vila Operária	7.418	8.037	10,80

³³ Este nome é derivado de uma espécie arborícea, predominante na localidade.

³⁴ O Bairro Fazenda, neste começo do século XXI, vem mudando sua paisagem, pois o que se via era um local formado por habitações unifamiliares, mas várias casas têm sido demolidas e, no local, começam a surgir prédios, promovendo a verticalização desta área e pelo padrão dos mesmos, percebe-se que é para famílias de classe social média e alta.

Fonte: IBGE, 1996 e 2000.

Com o prolongamento das Rua Silva e Heitor Liberato na década de oitenta do século passado e com a implantação da Av. Adolfo Konder, a expansão da periferia oeste na face sul foi consolidada. Inicialmente, pela intervenção do mercado imobiliário, que no limítrofe da zona industrial para residencial como pode ser observado na Figura 02, promoveu a instalação de um loteamento que passou a ser, anos depois, com divisão por áreas administrativas no Município de Itajaí o nome do Bairro Cidade Nova. Após ocorreram intervenções do mercado e do Estado, com a implantação de conjuntos habitacionais.

Segundo Anjos (1997), a periferia oeste da cidade tem sua origem na década de 80. Este local corresponde a uma das áreas mais pobres do município e sua existência está diretamente ligada ao extravasamento do centro urbano, repetindo um modelo comum a um grande número de cidades brasileiras, como consequência do empobrecimento de uma parcela considerável da população durante o período desenvolvimentista³⁵ brasileiro. Este extravasamento deve-se, em parte, à ocupação deste espaço por pessoas oriundas da própria cidade, mas também por migrantes originários de áreas rurais decadentes de Santa Catarina³⁶. Acompanhando a lógica econômica, encontram-se desde bolsões de pobreza, até áreas com boa infra-estrutura. Percebe-se esta realidade quando, nas ruas principais do bairro, existem vários equipamentos de uso coletivo, como escolas, postos de saúde e áreas de lazer, porém indo para as ruas “periféricas” do bairro, o

³⁵ A fase desenvolvimentista no Brasil foi decorrente do incentivo à industrialização, levando para os centros urbanos uma significativa parcela da população rural.

³⁶ Os dados foram obtidos através da pesquisa realizada em 1997, desenvolvida por Francisco dos Anjos “Periferia oeste de Itajaí - SC: processo de formação e produção do espaço urbano”, e

que se encontra são ruas sem calçamento, esgoto a céu aberto e, numa recente pesquisa sobre déficit de vagas para educação infantil, realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Itajaí, a localidade com menor número de vagas para atendimento de 0 a 7 é o Bairro Cidade Nova.

O espaço correspondente ao Bairro Cidade Nova apresenta diversos loteamentos implantados em épocas distintas e com características que ressaltam a diversidade sócio-econômica da população local, muito embora seja possível identificá-lo como um espaço ocupado por moradias destinadas a um estrato social de baixa renda.

Essa região [...] tem acesso às condições básicas de infra-estrutura, como água, esgoto, telefonia, energia elétrica, pavimentação das ruas, centro comercial próprio, escolas, atendimento de saúde, além de um acesso fácil ao centro de Itajaí e a outros bairros, especialmente da área norte. No mesmo lugar encontramos áreas praticamente desprovidas destas condições, sem acesso à rede de esgoto, pavimentação, telefonia, além da dificuldade de acesso à escola e atendimento de saúde. [...] essas áreas são normalmente invadidas por famílias migrantes e também por famílias que perderam ou venderam suas propriedades na própria periferia oeste. Muitas áreas são desprovidas até de água e eletricidade. (ANJOS, 1997, p. 105).

De acordo com o levantamento censitário de 2000, 81% da população brasileira vive nos centros urbanos. O atual predomínio da população urbana deve-se, em parte, aos migrantes que chegam às cidades, em sua maioria, sem instrução, sem profissão definida e sem condições financeiras.

O campo brasileiro vem repelindo os trabalhadores que, cada vez mais, dirigem-se aos espaços urbanos e, neste processo, acabam se fixando nas periferias urbanas, em áreas pouco valorizadas. No caso brasileiro, esta “[...] distribuição da população se dá pelo mercado imobiliário, por interferência da regulamentação governamental e, sobretudo, pela ação dos pobres, que não podem

demonstram que 34% dos moradores do Bairro Cidade Nova são oriundos de áreas rurais de Santa

participar do mercado e dos programas governamentais”. (VASCONCELOS, 2004, p. 271). Ou seja, as empresas que possuem glebas de terra esperam a valorização destas áreas, criando na cidade vários espaços vazios à espera da intervenção do poder público que, quando dota as referidas áreas de infra-estrutura acaba valorizando os preços do mercado imobiliário, o que dificulta ou impede que uma parcela significativa da população resolva pela legalidade a questão habitacional.

Organizados ou não, os que não conseguem pelo mercado imobiliário, passam a ocupar áreas de preservação permanente previstos por lei, como, por exemplo, encostas de morros, matas ciliares e as áreas verdes dos loteamentos aprovados. Esta situação é a mais comum nos loteamentos do Bairro Cidade Nova, onde predominantemente os loteamentos têm suas áreas verdes ocupadas por famílias que invadiram ou receberam da prefeitura e, ainda, por equipamentos sociais (escolas e postos de saúde), conforme pode ser apreendido da análise da Figura 02.

Esta situação tem dois fatores a serem ressaltados: primeiramente isto prejudica as pessoas que compraram seus lotes, pois no valor destes o mercado imobiliário agrega o preço da área que não pode ser loteada e também os impede de ter no seu entorno espaços de uso coletivo, bem como de proteção ambiental e de lazer, o que acaba por desqualificar ainda mais a área em que vivem. O próprio poder público deveria comprar lotes para construir os equipamentos sociais necessários, pois agindo como tem feito até o presente, atualmente é o primeiro a descumprir as leis por ele mesmo estabelecidas, usando irregularmente os espaços definidos originalmente como públicos. O segundo fator diz respeito à precariedade com que as famílias que invadem ou ocupam estas áreas são tratadas, pois se trata

de uma forma assistencialista, onde inexistente a preocupação de diminuir as desigualdades sociais. Esta política assistencialista gera um vínculo de dependência entre quem recebe e quem “doa”. Como consequência, o ordenamento espacial do bairro acaba impedindo a vivência de espaços comuns, fomentando uma noção de individualismo, mesmo que os discursos políticos preconizem o contrário.

Desta forma, os que não possuem condições de comprar seus lotes em áreas mais valorizadas e desconhecendo o seu direito a uma cidade saudável, conforme preconiza o Estatuto da Cidade³⁷, resolvem seus problemas de moradia, adquirindo seus lotes em regiões periféricas, onde não existem os equipamentos urbanos necessários a uma boa qualidade de vida.

A demanda de terras e habitações depende do aparecimento de novas camadas sociais, oriundas em parte de fluxos migratórios e que detêm nível de renda que as torna capacitadas a participar do mercado de terras e habitações [...] E depende ainda da política que o Estado adota para permitir a reprodução do capital. (CORRÊA, 1995, p. 17).

As desigualdades sociais no espaço intra-urbano brasileiro se tornam, atualmente, ainda mais visíveis, pois segundo dados do IBGE (2000), cerca de 22% da população urbana do país, isto é, 30 milhões de habitantes, vivem em níveis de pobreza absoluta (rendimentos inferiores a ¼ de salário mínimo por pessoa) e mais de 18% vivem abaixo da linha de pobreza.

O espaço urbano, especialmente da cidade capitalista, é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista [...] por ser reflexo social e porque a sociedade tem a sua dinâmica, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados [...]. O espaço urbano é também fragmentado e articulado reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. (CORRÊA, 1995, p. 8/9) .

³⁷ O Estatuto da Cidade fundamenta-se na idéia de que a cidade e a propriedade urbana têm sua função social, cuja base é o direito de todos à moradia, o direito à cidade. Aprovada em 10/07/2001, a Lei Federal nº. 10.257 estabelece diretrizes gerais sobre a política urbana.

Estudos sobre a urbanização brasileira têm apontado distinções entre a chamada cidade formal e a cidade informal³⁸. Grandes contingentes populacionais vivem em áreas de total carência de infra-estrutura urbana básica: habitação, água potável, saneamento e transporte.

A significativa concentração da pobreza nas metrópoles brasileiras tem como expressão um espaço dual: de um lado, a cidade formal, que concentra os investimentos públicos e, de outro, o seu contraponto absoluto, a cidade informal relegada dos benefícios equivalentes e que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana que a constitui, exarcebando as diferenças socioambientais. A precariedade e a ilegalidade são seus componentes genéticos e contribuem para a formação de espaços urbanos sem atributos de urbanidade. (GROSTEIN, 2004, p. 14).

Além disso, a estrutura político-administrativa dos municípios não acompanhou as novas demandas derivadas das elevadas taxas de urbanização que ocorreram após os anos 70, até porque os governos locais sempre tiveram pouca importância no contexto político nacional. Com a promulgação da Constituição de 1988, os municípios receberam novos encargos, relacionados à municipalização de várias políticas setoriais, sem que houvesse para tanto a correspondente dotação orçamentária. Junte-se a isto o fato de que os recursos, além de insuficientes, são muitas vezes mal aplicados, o que inviabiliza o atendimento das novas demandas dos municípios.

Na gestão pública, já existem, atualmente, mecanismos legais previstos no texto constitucional para legitimar a participação popular, tais como os conselhos, que representam um avanço incorporado à Constituição de 1988, pois se trata de órgãos consultivos e deliberativos representativos da comunidade e, como tal, estimulam a participação popular. A partir da regulamentação dos artigos da Carta

³⁸ Para alguns estudiosos, cidade informal é a região que cresce à margem da legalidade e da infra-estrutura, define a forma abusiva do crescimento urbano sem controle, própria da cidade industrial, compreende os bairros relegados pela ação pública, a cidade dos pobres e excluídos. Para maiores esclarecimentos ver GROSTEIN, 2001.

Magna, então, foram criados vários conselhos³⁹ para assegurar o repasse dos recursos federais através dos fundos específicos. Após a aprovação da constituição de 1988, o foco das entidades representativas e da classe política centrou-se na luta pelo aumento dos recursos repassados aos municípios, prejudicando a divulgação e a importância efetiva da participação popular, dando aos conselhos um caráter mais formal do que deliberativo.

Colocado diante de novas demandas, entre as quais se destaca a que se refere ao problema da moradia, o poder público se vê na contingência de incorporar novos espaços às áreas urbanas, dotando-as de infra-estrutura sem, entretanto, eliminar a precariedade e as marcas da diferença existentes. Entre as áreas já regularizadas e os novos espaços que vão sendo incorporados à mancha urbana. Tal fato é perceptível no tamanho dos lotes e na falta de equipamentos sociais destas áreas periféricas, se comparadas aos espaços urbanos que já nascem regularizados, o que resulta em um padrão especulativo do crescimento das cidades, no qual se combinam segregação social, espacial e ambiental. Neste sentido, descaracteriza o sentido social da propriedade, conforme preconiza a Lei Federal nº. 10.257, conhecida como Estatuto da Cidade, que regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal.

Dessa forma, o poder público estabelece uma base política “popular”, de natureza clientelista, uma vez que os investimentos são levados às comunidades como “favores” do poder público, naturalizando o clientelismo e o favor na esfera pública.

O modelo de governo que se projeta não postula o herói feudal, nem o chefe impessoal, atado à lei. O rei é o bom príncipe, preocupado com o bem estar dos súditos, que sobre eles vela, premiando serviços e assegurando-

³⁹ Dentre estes conselhos pode se citar o Conselho Municipal de Saúde, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência, Conselho do Meio Ambiente.

lhes participação nas rendas. Um passo mais, num reino onde todos são dependentes, evocará o pai do povo, orientado no socorro dos pobres. (FAORO, 1987, p. 84).

Este modelo de governo vem se reproduzindo desde os primórdios da colonização do Brasil, quando as terras eram doadas através de favores pela realeza àqueles que ela própria elegia. Isto continua ocorrendo na atualidade, na maioria dos modelos de administração pública, onde o direito é visto como favor. Estas condições criam um ambiente propício para a troca de favores, os quais fortalecem o clientelismo e anulam a participação popular.

Neste modelo de cidade, e Itajaí é um exemplo, a cidade paralela à formal segrega cada vez mais seus habitantes, pela falta de qualidade de vida e de oportunidades.

Temos que comprar o ar puro, os bosques, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os play-grounds ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade se torna igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo de consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais. (SANTOS, 1993, p. 86).

Diante de tantas necessidades para as quais as cidades não têm resposta, ampliaram os conflitos e agravaram-se as condições de vida dos menos favorecidos. Considerando-se que, atualmente, predomina um modelo privatista de sociedade nas áreas periféricas e, em se tratando do Bairro Cidade Nova constata-se uma fuga dos moradores locais para os espaços coletivos que ainda existem, já que estes não se caracterizam mais como um espaço protegido e integrador, mas sim como um local de exercício da violência, porque foi se dissolvendo a manifestação da diversidade e se rompendo a dimensão pluriclassista e heterogênea com a criação de guetos, de espaços privativos, fechados e homogêneos.

Cabe registrar que a localização das populações pelo espaço urbano obedece à lógica do processo de inserção e distribuição da riqueza social e que o aumento do desemprego, somado à restrição de investimentos na área social, agravou as condições de vida de parcela significativa da população e promoveu o seu deslocamento para as áreas periféricas.

Não apenas as tradicionais classes sociais, mas também tribos, grupos, movimentos, gangues e grupos sociais diferenciados se fecham em determinados redutos exclusivos, impossibilitando aquilo que significou historicamente a origem da civilização e do homem: a heterogeneidade, a diferença e a possibilidade do encontro. Na modernidade, os espaços públicos seriam o lugar onde os diferentes se encontram, porém permanece na rua apenas aquele grupo ao qual só resta o espaço público como local de moradia e de trabalho.

À medida que o processo de fragmentação e de isolamento se tornam mais exacerbados, áreas que ficam abertas vão sendo ocupadas por destituídos, isto é, por excluídos, como afirma Santos,

O resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente. Diante de tantos abusos, o cidadão se torna impotente, a começar pelas distorções da representação política. (SANTOS, 1993, p. 56).

É preciso considerar que estas áreas, que passam a ser ocupadas pela população mais carente, são, em geral, locais problemáticos (várzeas, por exemplo) e/ou desprezados pelas elites.

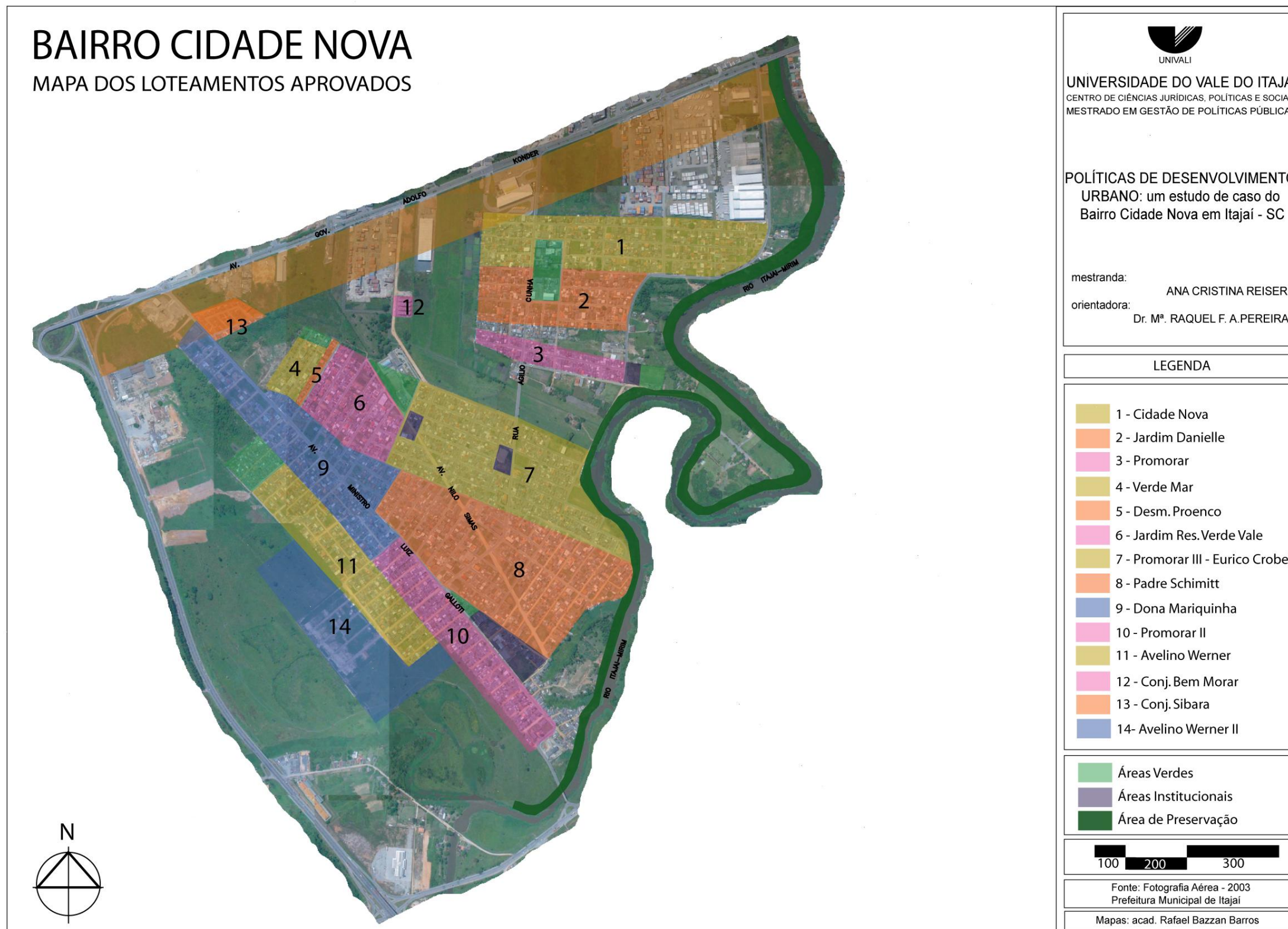
Estas reflexões preliminares foram o ponto de partida para a análise dos espaços públicos localizados no Bairro Cidade Nova, na periferia oeste de Itajaí (SC).

O estudo sobre os espaços públicos no Bairro Cidade Nova procurou considerar os condicionantes que, ao longo do tempo, foram imprimindo uma singularidade a toda aquela área, em razão da expansão urbana de Itajaí e das próprias populações que passaram a residir ali.

Na base da interpretação situa-se o entendimento de que a evolução das relações sociais determina a forma de ocupações dos espaços, o que significa dizer que o espaço é sempre um produto social, constituído a partir de uma base natural.

Os primeiros loteamentos do Bairro Cidade Nova surgiram na década de setenta, a implantação dos mesmos, o precário arruamento, a ocupação das margens do Itajaí-Mirim foi imprimindo ao bairro uma configuração típica de áreas carentes de infra-estrutura, habitadas por famílias de baixa renda.

FIGURA 02 – Bairro Cidade Nova – Mapa dos Loteamentos Aprovados



Constatou-se que as áreas de preservação permanente, situadas nas margens do Rio Itajaí-Mirim, estão ocupadas por habitações precárias, bem como as áreas reservadas à preservação estão sendo usadas para equipamentos urbanos ou foram doadas pelo poder público para a construção de entidades religiosas e assentamentos populares, ou estão abandonadas, não sendo utilizadas, pois, pelos moradores para os fins a que se destinavam originalmente, e que garantissem o direito a uma cidade saudável. Assim, cabe registrar que o poder público, que deveria zelar pela qualidade de vida da população, transforma-se em agente responsável pelo desrespeito ao plano traçado originalmente, usurpando dos cidadãos que ali vivem este direito de usufruir. Nas palavras de Santos (1998, p. 89) “[...] de certos bens e serviços já que são justamente as pessoas mais desprovidas de mobilidade.”

No desenvolvimento da pesquisa, efetuou-se um levantamento buscando, localizar os espaços públicos existentes na periferia oeste de Itajaí, a partir das plantas dos loteamentos aprovados na prefeitura (Figura 02). A exigência de áreas verdes ou de uso institucional foi estabelecida através da Lei Municipal nº. 1.787, que trata do parcelamento do solo. Este lei trata da forma legal de como pode ser implantando um loteamento desde arruamento, metragem dos lotes, área verde e institucional e a infra-estrutura mínima exigida pelo poder público municipal, que hoje é rede de energia elétrica e água, sistema de drenagem para coleta de águas fluviais e meio fio. A distinção entre área verde e institucional é que a primeira só pode ser usada para preservação e, a segunda, podem ser instalados equipamentos sociais como construção de escolas, creches, unidade de saúde e áreas de lazer.

A área correspondente ao Bairro Cidade Nova vem sofrendo um intenso processo de degradação ambiental, a partir da construção de moradias em áreas de proteção, pois o limite do bairro é demarcado pelo Rio Itajaí-Mirim, cujas margens são ocupadas, em toda sua extensão, por casas de moradores que lançam seus dejetos diretamente no rio, aí incluídos o despejo contínuo de esgoto doméstico e uma parcela de elementos derivados de efluentes industriais. O Rio Itajaí-Mirim é considerado hoje um “rio morto”, devido a essa utilização atual e também às retificações sofridas - a primeira na década de 50 e a segunda após as enchentes de 81 e 82⁴⁰ –, as quais acabaram provocando a diminuição do fluxo das águas, criando um ambiente propício ao desenvolvimento de plantas que impedem a oxigenação do mesmo. Por outro lado, há que se considerar ainda o mercado imobiliário que, quando faz a implementação de um loteamento, não se preocupa com a questão ambiental, desmatando todo o espaço, que fica aberto e sem uso definido, ficando mais suscetível a ocupações irregulares; somando-se a isto a omissão do poder público municipal.

Finalmente, é importante salientar ainda que as cidades surgem em ambientes naturais, e que estas passam por transformações ao longo de sua história, provocadas por novas realidades sócio-econômicas, as quais redefinem o uso do espaço.

No âmbito propriamente urbano, uma determinada decisão de arruamento pode envolver uma separação entre pessoas dentro da cidade, uma separação entre pessoas e equipamentos, criando uma espécie de segregação sócio-econômica cuja produção supõe uma criação socioeconômica cuja reprodução supõe uma ação especulativa assim estimulada, mesmo que involuntariamente, pelo poder público. Desse modo, o Estado passa a presidir, para o caso particular, um aspecto da lógica capitalista que leva à reprodução cumulativa das diferenças. O zoneamento

⁴⁰ O novo canal artificial aberto para minimizar o problema das cheias que afetavam as áreas próximas ao leito natural do Itajaí-Mirim. O traçado retilíneo do canal corta os bairros de Cordeiros e São Vicente situados ao norte do bairro Cidade Nova.

é o instrumento desse processo e pode consagrar a utilização prioritária dos recursos locais para setores específicos. (SANTOS, 1995, p. 76).

No caso do Brasil, especialmente nas últimas décadas, ocorreu um “inchaço” dos núcleos urbanos, gerado especialmente por fluxos migratórios oriundos de áreas rurais ou mesmo de outros centros urbanos, em busca de novas oportunidades de vida e de trabalho.

Esse é um processo que já havia sido descrito pelo próprio Marx, ao afirmar no texto “O exército industrial de reserva” que:

Quando a produção capitalista se apodera da agricultura ou nela vai penetrando, diminui, à medida que se acumula o capital que nela funciona, a procura absoluta da população trabalhadora rural. Dá-se uma repulsão de trabalhadores [...]. Por isso, parte da população rural encontra-se sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano [...] (MARX, 1982, p. 126).

Segundo Dutra, o Brasil possui uma população predominantemente urbana, pois hoje mais de 80% dos brasileiros vivem nas cidades, e estas são, por definição sistemas abertos, que tem profunda dependência de recursos externos. Isto leva a uma dificuldade na obtenção da sustentabilidade urbana, relacionada à auto-suficiência no consumo, correta disposição de resíduos sólidos e líquidos, além da oferta de serviços como moradia, transporte e todas as infra-estruturas necessárias.

O modelo econômico adotado no Brasil por ser altamente concentrador de rendas, promove cada vez mais desigualdades sociais, sendo que o processo de urbanização ao mesmo tempo em que é fruto da industrialização reflete também esta realidade, pois leva populações de baixa renda a ocupar terras periféricas sem a infra-estrutura necessária ou a se instalar em áreas ambientais de preservação. O descaso com as normas vigentes e a especulação imobiliária tem acentuado este fenômeno.

A urbanização por si só não é um problema, mas sim a forma como vem ocorrendo, Grostein (2001) alerta que a sustentabilidade do aglomerado urbano relaciona-se com as seguintes variáveis: a forma de ocupar o território; a disponibilidade de insumos para seu funcionamento (disponibilidade de água); a descarga dos resíduos (destino e tratamento de esgoto e lixo); o grau de mobilidade da população no espaço urbano (qualidade do transporte público de massa); a oferta e o atendimento às necessidades da população por moradia, equipamentos sociais e serviços; e a qualidade dos espaços públicos.

A inexistência de uma política urbana global para o município permitiu que a cidade ficasse à mercê de ações pontuais ou das exigências do mercado, dificultando a definição de um planejamento que leve em conta as aspirações da coletividade, e que canalize os recursos para a melhoria da infra-estrutura. Sem esta mudança de atitude, torna-se difícil imaginar a melhoria da qualidade de vida na Cidade de Itajaí no futuro.

No caso de Itajaí, devido à sua alta taxa de crescimento populacional, sua localização litorânea, sua intensa atividade econômica com base na atividade portuária, além de sua condição de cidade turística, o município cresce acelerada e desordenadamente. A expansão imobiliária e a degradação do espaço natural que caracterizam o momento atual impedem a definição de critérios para um desenvolvimento mais sustentável, uma vez que a localização da população acompanha a lógica do processo de inserção e de distribuição de riqueza social. Nas últimas décadas, o crescimento de Itajaí combinou centralidade e dispersão, fazendo a mancha urbana avançar de acordo com a estratificação social, o que fica visível na caracterização dos seus distintos bairros.

2.2 O desenvolvimento do Bairro Cidade Nova

O Bairro Cidade Nova sofreu uma primeira intervenção em 1974, quando o proprietário das terras onde hoje se situa o loteamento Cidade Nova, Sr. Artur Michels, solicitou serviços de topografia e retroescavadeira para abrir valas para a drenagem daquelas terras e, assim, implantar um loteamento destinado às classes sociais de baixo poder aquisitivo. Até aquela data a área era utilizada por famílias que praticavam uma pecuária de subsistência. Algumas dessas áreas ainda são utilizadas desta forma, como é o caso do Sr. João Vitorino, que tem suas terras ocupadas pelo plantio de verduras.

O mapa a (figura 2) permite analisar a evolução da ocupação do espaço que atualmente corresponde ao Bairro Cidade Nova. Segundo informações do topógrafo David Fernando Rodrigues – em conversa pessoal com a pesquisadora – que auxiliou na execução do trabalho, nesta época o terreno era tão alagadiço que as pessoas atolavam até a altura dos joelhos, tendo sido perdidos, na execução da obra, vários equipamentos. Ele lembra, ainda, que a quantidade de mosquitos era tão grande que se contratavam pessoas com a finalidade de afugentar os mesmos. Nele pode se observar as plantas dos loteamentos, no primeiro ficou reservada uma quadra para à área verde. Hoje porém o que se encontra neste espaço é a edificação de uma Igreja Católica e de um Posto de Saúde.

A segunda intervenção ocorreu também através do mercado imobiliário, que implantou o loteamento Danielle, deixando reservado como área verde uma quadra que foi utilizada pelo poder público para construção de escola, centro de convivência da criança e também a construção de um centro de internamento provisório para adolescentes infratores da região da AMFRI.

Já a terceira intervenção ocorreu em 1976, e contou com a participação do Poder Público estadual e municipal, ocasião em que a prefeitura doou o terreno para que o estado, através da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB), construísse um Conjunto Habitacional denominado Promorar I⁴¹. Este conjunto habitacional, o Promorar I tinha como objetivo atender as famílias que moravam na região central da cidade, conhecida por “Matadouro”, pois com a decisão do poder executivo local de ligar o centro da cidade a BR-101, houve necessidade de desapropriar as famílias que moravam na área que seria cortada pela Av. Abraão João Francisco, também conhecida como “Contorno Sul”.

Foram, então, edificadas cento e cinquenta casas e, segundo a planta do loteamento, foram deixadas duas áreas verdes, sendo uma doada para a Associação de Moradores que construiu sua sede e fez um campo de futebol. A outra área verde foi ocupada para a edificação de equipamentos institucionais do município (Ginásio de Esportes e um Centro de Saúde). Outros cinco lotes foram doados para famílias carentes, conforme cadastro na prefeitura, mas hoje estão instalados nestes terrenos um comércio de móveis e uma igreja da Assembléia de Deus.

A quarta intervenção ocorreu em 1979, decorrente de uma intervenção pública, em parceria do Estado com a Prefeitura Municipal, que doou o terreno para a implantação do Conjunto Habitacional denominado PROMORAR II, que, através da COHAB, construiu duzentos e cinquenta casas, deixando áreas, para construção de equipamentos e áreas de lazer. Neste empreendimento, o estado já deixou um centro comunitário para uso dos moradores do local, o restante da área é

⁴¹ As casas construídas pela COHAB, têm metragem de 36 m², e não possui repartições internas, apenas a da instalação sanitária.

considerada institucional, sendo permitida a construção de equipamentos, e tendo sua ocupação com uma escola estadual, uma igreja, uma creche, um centro de multi-uso, uma unidade de saúde e um campo esportivo. Uma nesga, em formato de V, restou, sendo o único local que possui uma área aberta, porém pela metragem, fica inseguro qualquer atividade de lazer no local, o que reforça a idéia já mencionada de que o poder público desvirtua a utilização dos espaços reservados ao uso da coletividade, autorizando a edificação de igrejas ou de outras instituições, reduzindo, com isto, as áreas verdes do bairro.

Uma outra intervenção, através da intervenção do poder público municipal e estadual, deu-se quando da edificação do Conjunto Habitacional Eurico Krobelt, modelo Promorar (I e II), inaugurado em 1984, com a construção de duzentas e vinte e quatro casas, deixando áreas verdes na região do entorno do Itajaí-Mirim, que em sua maioria estão sendo agora ocupadas por habitações precárias; e em outra área verde na face norte do conjunto foram edificadas casas de madeira pela prefeitura, para abrigar famílias que ocupavam a área onde está sendo construída a nova ponte que ligará o próprio Bairro Cidade Nova à região sul da cidade. E, ainda, neste loteamento, existe uma área verde abandonada, na qual se encontra um mercado de peixe, construído pela municipalidade, com o objetivo de deslocar do Mercado Público Central os vendedores de peixe estabelecidos nas imediações do mesmo, sem condições de higiene.

Em frente a este Conjunto Habitacional, foi implantado, pelo poder público municipal, o PROMORAR III, contendo duzentos e setenta e cinco lotes, que medem, em média 200 m²⁴². Os lotes foram doados pela prefeitura a famílias

⁴² É importante lembrar que a lei nº 1726 define que a metragem mínima dos lotes é de 220 m² e que o próprio poder público não respeitou a mesma.

carentes. Este loteamento não possui área verde, apenas institucional e, por ficar localizado junto à Avenida Agílio Cunha⁴³, o terreno, inicialmente, foi previsto para abrigar estabelecimentos industriais e comerciais. Porém com a intervenção no local pelo poder municipal para melhorias na infra-estrutura (asfaltamento das ruas e tratamento de resíduos individuais), foi reaproveitado para a construção de uma quadra de esportes, atendendo à solicitação da própria comunidade local. Esta ação só foi possível com a parceria da Caixa Econômica Federal, que ao realizar convênios com o município, exige um diagnóstico da comunidade, e neste apareceu a necessidade por parte dos moradores de terem um local para poderem praticar atividades esportivas, desta forma o município foi levado a fazer esta benfeitoria contrariando suas metas, que eram de doar para atividades geradoras de renda.

Após estas intervenções do poder público, diversos loteamentos foram sendo aprovados, a partir de 1986, Desmembramento Proenco, Jardim Verde Vale, Loteamento Dona Mariquinha, a maioria deles pertencente a Horácio Figueiredo, comerciante de origem portuguesa, fixado em Balneário Camboriú que, além de outras atividades comerciais (proprietário do Sibara Flat e das Lojas Sibara), passou a adquirir terras para especulação imobiliária.

As áreas verdes previstas nestes loteamentos, por força de lei, estão hoje, em sua maioria, ocupadas por equipamentos comunitários: escolas de educação infantil, ensino médio, postos de saúde, igrejas de diversas congregações e áreas de assentamento popular.

⁴³ A Avenida Agílio Cunha é uma das principais vias do Bairro Cidade Nova. O terminal rodoviário de Itajaí, está instalado nesta Avenida que começa na Av. Adolfo Konder. Nesta rua existe um grande número de estabelecimentos comerciais.

Percebe-se, pois, que o poder público, uma instituição que deveria zelar pelo cumprimento da legislação referente às áreas verdes não o faz, e é o responsável pela ocupação irregular destas.

Atualmente, a maioria das glebas de terras livres do Bairro Cidade Nova são de propriedade da família Werner⁴⁴, que no século passado possuía uma loja de secos e molhados na região central da cidade. Sua principal fonte de renda, hoje, provém da especulação imobiliária no próprio Bairro Cidade Nova e da criação de bois, que são abatidos no seu frigorífico localizado no bairro Dom Bosco⁴⁵. As áreas verdes de um dos seus loteamentos (Avelino Werner) foram invadidas em 1996 e, até hoje, essa ocupação permanece em situação irregular e sem qualquer infraestrutura.

O Rio Itajaí-Mirim, que demarca o limite leste do bairro, tem suas margens ocupadas em quase toda a sua extensão por habitações, apesar de ser considerada área de preservação ambiental permanente (mata ciliar), demonstrando a omissão do poder público frente à questão ambiental e frente à qualidade de vida dos moradores.

⁴⁴ Esta família ainda mantém um frigorífico no bairro Dom Bosco e as terras de sua propriedade estão localizadas basicamente no entorno da rua que ligava Itajaí a Brusque.

⁴⁵ O Bairro Dom Bosco é vizinho do Bairro Cidade Nova, sendo o Rio Itajaí-Miriam o limite entre os bairros citados.

3 O BAIRRO CIDADE NOVA E A POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO

A emergência do modo capitalista de produção estimulou o surgimento de idéias liberais, nas quais o Estado é visto como o responsável pela garantia da ordem e da propriedade (privada), ficando o mercado como regulador natural das relações sociais.

O Estado liberal caracteriza-se, principalmente, principalmente, pela separação entre Estado e economia e pela tentativa de reduzir a política, isto é, por tentar despolitizar as relações econômicas e sociais. (TOLEDO, 1997, p. 72)

As classes sociais já existiam no século XIX, mas a forma como funcionava o aparelho do Estado e da economia não refletia esta realidade, pelo contrário, negava, percebe-se, na ilegalidade da classe operária, das suas organizações e de seus partidos. A ideologia oficial do Século XIX apresentava o oposto aos privilégios de nascimento ou por direito divino, mas só era capaz de assegurar a igualdade política dos proprietários.

Segundo Toledo (1996), o declínio do liberalismo é resultado das lutas sociais e políticas do Século XIX e do começo do XX. Quando se deu o ápice do movimento socialista e a ruína do assistencialismo cristão, “O liberalismo fracassou do ponto de vista de ser capaz de sustentar o crescimento econômico sem grandes crises, assim como de garantir a ordem social.” (TOLEDO, 1996, p.75)

O liberalismo, no campo econômico e político, provocou uma grande desigualdade social e um grande conflito e antagonismo entre burguesia e proletariado.

Também há autores que identificam na evolução do capitalismo períodos de expansão alternados com períodos de recessão econômica (os ciclos ou ondas longas). Assim sendo, no início da década de 20 do século passado, a economia capitalista mergulhou num período depressivo que culminou com a grande crise de 1929. Com a agudização dos problemas sociais decorrentes da crise, o capitalismo acaba se consolidando como monopolista e a intervenção do Estado passa a assumir novas características no sentido de que as ações devem ser planejadas para dar respostas e/ou minimizar os efeitos das crises do capitalismo. Desta forma, surge o Estado social, que tem como principal característica diferenciadora do modelo anterior a:

redefinição das relações entre sociedade civil e política, a politização das relações civis por meio da intervenção do Estado na economia e das corporações na política econômica, e um processo de 'civilização' das relações políticas e a legalização da classe operária e de suas organizações, institucionalizando uma parte do conflito interclasses. (TOLEDO, 1997, p. 75)

O Estado, frente a esta nova concepção do "Welfare State"⁴⁶ deve responder às demandas da sociedade através de políticas públicas, atuando em determinadas áreas, tais como educação, saúde, habitação, meio ambiente, entre outras.

O Estado, ao tornar para si a responsabilidade pela formulação e execução das políticas econômica e social, torna-se "arena de lutas" por acesso à riqueza social, uma vez que as políticas públicas envolvem conflitos de interesse entre camadas e classes sociais. (CUNHA, 1998, p.12-13)

No final do século XX, houve um forte ajuste econômico na maioria dos países, representado pela adoção de políticas neoliberais impostas pelos países situados no centro do sistema capitalista devido a um novo período recessivo que se iniciara com a crise do petróleo em 1973. A partir de então começam a vingar as

⁴⁶ Welfare State (Estado do Bem-Estar Social) representa um modelo de Estado que desenvolve políticas de bem estar social, com significativa intervenção na economia e na sociedade.

idéias neoliberais que têm como principais símbolos Margareth Tacher (Inglaterra) e Ronald Reagan(Estados Unidos).

Diante deste quadro, a questão social, agravou-se, determinada por vários fatores: desemprego estrutural, precariedade nas relações de trabalho, alterações na organização familiar, etc. Nesta conjuntura, ao invés de respostas políticas positivas às demandas sociais, houve o corte de benefícios, maior seletividade e a focalização das políticas sociais. Os programas passam a não ter recursos suficientes e não têm garantia de continuidade, deixando espaço aberto à livre atuação do mercado. Com isso, passou a ocorrer o desmonte da rede de proteção social antes mantida pelo Estado.

É o fim do Welfare State que, conforme alerta Chesnais :

[...] aumentou o peso dos Estados Unidos, não apenas devido ao desmoronamento da União Soviética e à sua posição militar inigualável, mas também em função de sua posição no plano financeiro, bem superior à que têm no plano industrial. (CHENAIS, 1996, p.19)

Apesar de ser na produção que se cria riqueza e a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição social dessa riqueza a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações⁴⁷; como tem se percebido nas novas formas de trabalho no mundo globalizado.

Este cenário internacional traz, evidentemente, conseqüências para o Brasil. Mesmo com o final do período do milagre econômico, havia um contexto socioeconômico favorável aos movimentos sociais que buscavam a redemocratização e a organização da sociedade civil.

⁴⁷ Segundo Chesnais “um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices do crescimento do investimento. Para maiores esclarecimentos ver CHENAIS, 1996, p.13-20.

A partir da década de 1980, ocorreram vários movimentos sociais⁴⁸ que levaram à instalação da Assembléia Constituinte, a qual buscou atender às reivindicações de diferentes grupos, incluindo-as nos vários artigos da nova Constituição sob a forma de direitos sociais, agora transformados em deveres do Estado, como por exemplo, as políticas públicas. Entretanto, hoje já se constata um movimento contrário, ou seja, até os direitos trabalhistas⁴⁹ já consagrados são colocados em cheque.

Esta visão de um Estado mínimo predominou até meados dos anos noventa do século passado, quando “[...] governantes seduzidos pelo discurso liberal do Estado mínimo descobriram que as carências nas áreas de saúde, educação, habitação e outras jamais serão atendidas por uma abstração chamada mercado.” (RAMOS, 2005, p.52)

Surge, assim, a visão de um novo papel para o Estado, o qual, segundo Ramos (2005), o pressuposto básico é que este deve ser estruturado, para que a economia nacional no mundo globalizado não sofra danos que ponham em risco a soberania nacional. Esta perspectiva permitiria abandonar a idéia do Estado mínimo e/ou centralizador que não consegue “visualizar as carências de uma sociedade multifacetada e fragmentada em interesses e necessidades variados” (RAMOS, 2005, p. 57). O principal diferenciador nesta “reforma”⁵⁰ do Estado seria o estabelecimento de articulações e parcerias com a sociedade civil, portanto:

⁴⁸ O que se percebe atualmente é um controle dos movimentos sociais que haviam eclodido nas décadas anteriores, este caso pode ser observado, por exemplo, no Sindicato dos Metalúrgicos, que atualmente se encontram atrelados a entidades que possuem vínculos com o governo, perdendo grande parte de sua autonomia. O ministro do trabalho do governo atual é o presidente licenciado da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

⁴⁹ É o caso, por exemplo, das atuais discussões acerca das mudanças das leis trabalhistas, que tiram vários direitos como o décimo terceiro salário, licença gestação entre outras.

⁵⁰ Esses pressupostos já estão estabelecidos na Constituição, e apesar desta ter sido aprovada em 1988, os interesses do mercado continuam prevalecendo. Poderíamos considerar que talvez falte para a sociedade civil um maior envolvimento na política, onde a democracia não se restrinja ao

O estabelecimento de articulações entre diversos segmentos da sociedade, tornando o processo decisório mais participativo e, naturalmente, proporcionando espaço para que a própria sociedade possa sinalizar a forma de equacionar os problemas públicos. Ao Estado caberia o papel de “facilitador” do processo em busca das possíveis alternativas. (RAMOS, 2005, p. 60)

A Constituição de 1988 mudou a organização do sistema federativo brasileiro, deixando como competência do governo federal a coordenação das políticas públicas sociais e aos municípios, enquanto órgãos federados autônomos, a tarefa de execução destas. Esta conjuntura previu que o governo federal repassaria aos municípios várias atribuições e os recursos financeiros para implementá-las, para que o poder local tivesse autonomia na definição e organização da gestão das políticas públicas. No entanto, estas diretrizes não vêm garantindo, na prática, a descentralização e a democratização. Isto ocorre devido ao fato de que, apesar de a Nova Constituição já ter sido aprovada há quase vinte anos, a reforma tributária⁵¹, que mudaria os valores repassados para os estados e os municípios, visando aumentar a capacidade destes, ainda se encontra em tramitação no Congresso Nacional para ser analisada e, posteriormente, votada.

Segundo Arretche (2004), no texto *Federalismo e Políticas Sociais no Brasil* a Constituição Federal de 1988 “instituiu um sistema legal de repartição de receitas que limita a capacidade de gasto do governo federal e, por conseqüência, sua capacidade de coordenação de políticas” (ARRETCHE, 2004, p. 17). A mesma autora acrescenta ainda que as coalizões de governo aumentam a base de apoio ao governo da União, porém não são suficientes para garantir a coordenação federal das ações de governo, mas destacando algumas políticas demonstra os recursos

simples fato de votar e ser votado. O que se vê na atualidade, entretanto, é um refluxo dos movimentos sociais, talvez em decorrência da crise econômica.

institucionais de que dispõe o governo federal para induzir as decisões dos governos subnacionais. Isto pode ser percebido com a saúde e a educação, quando ficou estabelecido que os gastos mínimos nestas áreas fossem de 12% e 25% do orçamento respectivamente. O governo federal tem, pois, poderes para determinar a quantidade de recursos que devem ser gastos nestas áreas, mas não a forma como os mesmos devem ser aplicados, porém a União tem poderes institucionais de editar portarias ministeriais, que garantem, a implementação de diretrizes estabelecidas. Desta forma, garante a coordenação das políticas. Em relação a outras políticas, como é o caso, por exemplo, das áreas de habitação e saneamento, como não houve a definição clara de recursos destinados exclusivamente elas, o governo federal continua exercendo as funções de coordenador e financiador na implementação destas políticas.

A autonomia política e fiscal dos governos estaduais e municipais permite que estes adotem uma agenda própria, independente da agenda do Executivo federal. [...] As relações do governo federal com Estados e municípios e dos governos estaduais com seus municípios são caracterizadas pela independência, pois Estados e municípios são entes federativos autônomos. Em tese, as garantias constitucionais do Estado permitem que os governos locais estabeleçam sua própria agenda na área social. (ARRETCHE, 2004, p.20)

Apesar desta concepção da autora destacando a dificuldade do governo federal de coordenar as políticas públicas, é no município onde o cidadão reside, portanto, na esfera local que se consegue uma maior aproximação com o governante que pode promover serviços que garantam os direitos sociais.

A década de noventa foi marcada por esforços e mobilizações populares de setores mais progressistas da sociedade, para que os direitos garantidos na Constituição fossem regulamentados. Alguns artigos, sobretudo os que tratam da

⁵¹ A reforma tributária tem sofrido grande dificuldade de ser votada, pois além de tirar muito poder do governo central, dificulta o jogo de interesses dos deputados cuja base eleitoral situa-se em

criança e do adolescente e da saúde⁵², foram rapidamente regulamentados, pois os movimentos sociais nestas áreas eram muito fortes e continuaram organizados após a aprovação da Carta Magna, visando obter a regulamentação do que preconizava a Constituição.

Foi uma década marcada pelo conflito entre a expectativa da implementação de políticas públicas que concretizassem os direitos conquistados, assegurados em lei, e as restrições políticas e econômicas impostas para sua implementação. (CUNHA, 2002, p.15)

Por sua vez, os municípios, em sua grande maioria, para atender às novas formas de gestão administrativa e assegurar o repasse de recursos, organizaram-se rapidamente no que se refere ao cumprimento dos aspectos legais estabelecidos, sem se preocuparem, contudo, com o novo modelo preconizado pela Constituição de 1988, que estimula a participação da comunidade na criação de conselhos paritários, com poder normativo e deliberativo, como é o caso, por exemplo, da criação dos Conselhos de Saúde e da Criança e do Adolescente. Entretanto, os mesmos foram formados sem que as pessoas envolvidas tivessem o entendimento de sua função, bem como das competências destes conselhos, que possuem responsabilidades consultivas, deliberativas e normativas. Assim, ocorreu rapidamente a municipalização de algumas políticas setoriais, sem que, contudo, a comunidade tivesse o conhecimento necessário para garantir o seu direito à participação de forma eficaz. Não houve, na verdade, um debate ou um estímulo às discussões relativas ao papel que as entidades representativas nos diversos

municípios para os quais eles desejam carrear os recursos federais na forma de emenda parlamentar.
⁵² Apesar de a Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), muito das políticas públicas não foram implementadas, e a Lei nº.8.080, de 19 de setembro de 1990, na área da saúde, terem sancionadas logo após a aprovação da Carta Magna do país, o atendimento é ainda muito deficiente na rede de assistência básica e tem sérias dificuldades nos centros de referência para especialidades. Assim, por exemplo, um doente que necessite de um exame de alto custo (tomografia computadorizada, ressonância magnética) precisa esperar aproximadamente um ano.

conselhos, criados a partir da nova Carta Magna, deveriam ter, embora as pessoas participassem e ainda participem das reuniões, pois a não realização destas suspenderia os recursos a serem repassados para a esfera local.

Seja pela redefinição institucional acentuadamente municipalista promovida pela Constituição de 1988, ou pela desarticulação do governo federal que estava retraído e fragilizado⁵³, registrou-se um processo de descentralização das políticas públicas. Esta ideologia municipalista dominou setores intelectuais e políticos. Se por um lado acabou promovendo a descentralização, por outro, também, propiciou um desestímulo à participação popular, ao priorizar apenas a alocação de recursos, ao invés de fomentar os diversos atores sociais na definição, na implementação e no controle social das políticas.

No início dos anos 90, a distribuição federativa dos encargos na área social derivava menos de obrigações constitucionais e mais de forma como historicamente estes serviços estiveram organizados em cada política particular. A capacidade de coordenação das políticas setoriais dependeu em grande parte destes arranjos institucionais herdados. (ARRETCHE, 2004, p. 22)

De fato, o que ocorreu no redirecionamento das políticas públicas foi mais fruto de uma descentralização por ausência, sem uma repartição clara e institucionalizada de competências e responsabilidades, já que o governo federal não definiu com precisão incentivos, nem alocou recursos significativos para que os governos dos estados e municípios pudessem implementar políticas que correspondessem às demandas sociais condizentes com as diversas realidades do país.

⁵³ Esta retração e fragilidade decorreram, sobretudo, a partir dos anos 90 do século passado, quando da defesa de idéias relacionadas à abertura indiscriminada do mercado, levando-se a criar uma agenda pública para a diminuição do Estado.

O governo federal manteve o sistema centralizador, sem uma política clara de incentivo às ações dos estados e municípios, inviabilizando, pois, a observância do que preconizava a Constituição de 1988.

Por outro lado, cabe ressaltar ainda que este período de mudanças, no que tange às políticas públicas, coincide com o momento histórico em que o Estado brasileiro passou a assumir um caráter neoliberal⁵⁴, assumindo funções reguladoras, fiscalizadoras e incentivadoras das atividades do mercado, retraindo muito a sua própria atuação e responsabilidade, transferindo para a sociedade civil as ações consideradas de responsabilidade do Estado.

A política social no Brasil, atualmente, não tem sido prioridade de governo, ficando a reboque da política econômica, tornando-se cada vez mais uma política de caráter focalizado, que atende apenas às parcelas mais pobres da sociedade, de forma residual, o que levou a classe média a comprar os serviços de saúde e educação no mercado. Este fato corrobora o rebaixamento da qualidade dos serviços públicos, como se tem percebido nas áreas. No caso da educação, este aspecto é bastante visível no que se refere à perda de qualidade do ensino público fundamental e médio, o que leva milhares de famílias a fazerem o sacrifício de manter seus filhos em estabelecimentos privados.

A direção das políticas públicas está vinculada diretamente à qualidade de vida dos cidadãos. É no embate entre a sociedade civil organizada e o poder público que poderão ser abertos novos espaços de construção de políticas públicas capazes de viabilizar a inclusão social dos que, atualmente, não têm seus direitos garantidos.

⁵⁴ O neoliberalismo econômico acentua a supremacia do mercado como mecanismo de alocação de recursos, distribuição de bens, serviços e rendas, remunerador de desempenhos. Nos pressupostos defendidos pelos neo-liberais, o mercado é matriz da riqueza, da eficiência e da justiça.

Neste contexto é que as cidades podem ser interpretadas como o “lócus” em que as diferenças sociais se tornam visíveis.

As cidades, segundo Malta (2004), podem ser compreendidas como a relação de vários mundos que são distintos e complementares: o mundo do trabalho, o da moradia, o do lazer, o da cultura laica e religiosa, o da saúde e, por fim, o de ir e voltar entre esses vários “mundos”, por meio dos sistemas viários - que são em si próprios, também um mundo à parte. O autor mostra também que esses “mundos”, apesar de serem sempre lugares, apresentam determinadas situações que podem transformá-los em não lugares. É assim que lugares antes de convivência social como é o caso das áreas públicas, vão se tornando “não lugares” devido à violência urbana que produz uma decrescente utilização desses espaços, transformando-os em lugares de “passagem amedrontada”.

A violência aumentou muito nessas últimas décadas, e uma das razões está vinculada ao crescimento da desigualdade social⁵⁵. Some-se a isto o avanço tecnológico nos meios de produção, que possibilitou a substituição da mão-de-obra por máquinas, produzindo crescimento econômico, sem aumentar, entretanto, significativamente a geração de trabalho.

Em se tratando da organização do espaço nas cidades, o combate à especulação urbana é

[...] uma das prioridades. A produção e apropriação da renda fundiária – que é a valorização imobiliária produzida pelo poder público e por terceiros e apropriado pelo proprietário da terra - é um mecanismo perverso e poderoso de enriquecimento. De um lado, ele se estabelece pela apropriação indevida da riqueza produzida coletivamente e não pelo proprietário do solo que nada investiu para isso, e, de outro, pelo encarecimento da produção e do uso dos espaços urbanos. (MALTA, 2004, p. 126)

⁵⁵ Segundo dados do IBGE atualmente 20% da população economicamente ativa esta fora do mercado formal de trabalho. Esta taxa é extremamente elevada diante dos 5% que são próprios do sistema capitalista.

Esta situação é visível na cidade de Itajaí, na qual os serviços de água, drenagem, coleta de lixo tem seu custo aumentado pela expansão urbana, onde persistem vazios que levam a um crescimento periférico horizontal, e também a uma verticalização em determinadas áreas ocupadas por moradores de classes altas e médias, que vão adquirindo apartamentos em prédios altos, localizados nos espaços mais valorizados e, ao mesmo tempo, transformando para uso comercial e de serviços antigas casas nas áreas centrais.

Essas distorções geram uma demanda de serviços, neste caso em especial no sistema viário, o qual exigem investimentos públicos em infra-estrutura, pagos por todos, mas que beneficiam uma parcela reduzida da população. E, nesse modelo de planejamento urbano, percebe-se que não se investe em equipamentos públicos, já que estes não interessam às classes altas, pois além da crescente violência urbana que afugenta o uso dos espaços comuns, estas têm condições de pagar para freqüentarem outros espaços, como é o caso dos clubes particulares, não se interessando em dividir espaços com os diferentes grupos sociais.

3.1 A urbanização no país e a política urbana

No que se refere à política urbana, houve um movimento de Reforma Urbana, desencadeado a partir da cidade do Rio de Janeiro, ocasionado pelo agravamento da “questão urbana”. Este movimento é decorrente dos altos índices de urbanização que o país passou a registrar, a partir de 1930, e principalmente após a década de cinquenta do século passado, quando se consolidou um novo modelo econômico que promoveu a industrialização do Brasil, a qual, por sua vez, estimulou o crescimento dos índices de urbanização. É conhecido o vertiginoso

crescimento da população urbana do Brasil que, por exemplo, em 1970 contava com 55,94% da população vivendo nas cidades, índice que em 2000 atingiu a cifra de 81,19%, o que significa dizer que, atualmente, menos de 20% da população brasileira vivem na zona rural.

No que tange às políticas urbanas, na década de trinta do século passado, já surgiam os primeiros loteamentos periféricos, o que aconteceu devido à omissão do poder público frente à expansão dos loteamentos irregulares. Tais loteamentos faziam, segundo Bonduki:

[...] parte de uma estratégia para facilitar a construção da casa pelo próprio morador que, embora não tivesse sido planejada, foi se definindo na prática, como um modo de viabilizar uma solução habitacional “popular”, barata, segregada, compatível com a baixa remuneração dos trabalhadores e que, ainda, lhes desse a sensação, falsa ou verdadeira, de realizar o sonho de se tornarem proprietários. (BONDUKI, 1998. p, 288)

O movimento pela reforma urbana preconizava que o planejamento não poderia ser tecnocrata e sim participativo, incluindo em sua prática o conceito de gestão e participação. Com a mobilização que vários segmentos sociais fizeram (arquitetos, engenheiros, geógrafos, entre outros), houve um significativo avanço na Constituição Federal de 1988, a qual, pela primeira vez, reconhece o direito à moradia como um direito social básico. A Constituição anterior estabelecia o direito de moradia de forma indireta, pois preconizava que o salário do trabalhador deveria propiciar condições de habitação.

A contribuição deste movimento urbano possibilitou que, na Constituição de 1988, fossem incluídos dois artigos: 182 e 183, que tratam da questão da cidade, regulamentados com a Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, comumente chamada de Estatuto da Cidade. Esta lei tramitou por dez anos no Congresso Nacional, até ser aprovada, dando aos municípios um prazo de cinco anos para se adaptarem às

mudanças que foram estabelecidas, como por exemplo, a exigência de um plano diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes. Este plano diretor, por sua vez, deve atender à função social da cidade e servir como instrumento de intervenção no espaço urbano, cabendo a ele assegurar uma melhor ordenação físico-territorial, controlar a especulação imobiliária e a regularização fundiária.

Tanto a periferia como as áreas centrais congestionadas, a partir da aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, podem perfeitamente ter seus processos sociais causadores revertidos. Para tanto, por exemplo, deve ser aplicado, por meio intermédio de planos diretores elaborados com preocupação social, o IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) progressivo no tempo associado à urbanização compulsória nos vazios urbanos, terrenos retidos ou subutilizados por seus proprietários que, mesmo que não tenham consciência disso, estão praticando especulação imobiliária. (MALTA, 2004, p.127)

Outro avanço que pode ser percebido foi a ampliação do conceito “moradia” para “habitat”. O conceito de habitat apareceu na 2ª Conferência das Nações Unidas, realizada em Istambul, em 1996, que reuniu governantes de diversos países e organizações não-governamentais, para discutir a questão dos assentamentos humanos. Esta conferência representa um marco para o desenvolvimento das políticas públicas de desenvolvimento urbano e habitação, reafirmando o direito à moradia e ampliando seu significado para além da simples edificação, incorporando o direito à terra, à infra-estrutura, aos serviços públicos e a um meio ambiente saudável, além do respeito às relações sociais e culturais.

Essa nova concepção está inserida no Estatuto da Cidade, dando primazia ao seu uso social

A garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito a terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e os serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. (Lei 10.257, artigo, 2)

Porém, o que pode ser visto, na prática, é um completo descaso dos governos frente aos Artigos 182 e 183, e regulamentado com a Lei nº. 10.257. A implantação desta lei tira dos governantes seus “poderes”, já que a sua efetivação exige vários mecanismos de controle popular, como é o caso da criação do Conselho da Cidade. A lei preconiza que o conselho deverá ser paritário, com poder normativo e deliberativo para definir as diretrizes da cidade.

Ainda em relação à política de desenvolvimento urbano, Dutra cita a lei de responsabilidade fiscal como um mecanismo de controle dos gastos públicos, possibilitando um planejamento mais eficiente dos recursos, pois impõe limites aos governantes no uso do dinheiro público, visto que os mesmos não podem gastar mais do que é arrecadado pelo município, além de não poderem contrair dívidas para as administrações futuras. Na prática, contudo, esta lei impossibilita o incremento de várias políticas públicas, com a justificativa de responsabilidade fiscal, pois os governantes alegam a não implantação de políticas ou a não acessibilidade a todos, já que devem cumprir as determinações da mesma. Entretanto, a legislação não consegue controlar o autoritarismo de muitos prefeitos, os quais ainda fazem obras dispendiosas, que não correspondem às reais necessidades da cidade.

Atualmente, tem-se, no país, leis modernas, cujas diretrizes estimulam à participação popular, ao fortalecimento do poder local e à sociedade civil, fruto de uma Constituição que incorporou os anseios de vários movimentos sociais; porém, sua aplicação é hoje limitada pela ordem econômica vigente que primazia os acordos internacionais em detrimento da maioria da população brasileira. O que se apresenta, na prática, é uma preocupação com o superávit primário⁵⁶, no qual os

⁵⁶ O superávit econômico faz parte da política econômica neoliberal adotada pelo Brasil e muitos outros países periféricos, que para garantir o pagamento dos empréstimos, os Estados assumem o compromisso de gastar menos do que arrecadam, o Brasil têm batido recordes na balança comercial,

investimentos em programas de combate à pobreza, que poderiam promover equidade social, são cada vez menores.

3.2 A situação atual do bairro

A área correspondente ao Bairro Cidade Nova, hoje, encontra-se quase toda ocupada por loteamentos destinados a famílias de baixa renda. O espaço que não é ocupado para fins de residências é destinado a empresas, pois o bairro faz limites com a BR-101 e com a Av. Governador Adolfo Konder que, conforme determinação referente ao zoneamento do solo, corresponde a uma zona predominantemente industrial.

O Cidade Nova foi o bairro que mais cresceu demograficamente, sendo que este crescimento não foi acompanhado por ofertas de serviços pela municipalidade. Ele corresponde à área do município de maior defasagem no que refere ao atendimento de crianças, já que se trata de um bairro de operários que dispõe de poucas unidades de atendimento para a faixa etária de 0 a 6 anos.

Em 2004, mais um loteamento foi aprovado o Avelino Werner II, no bairro, sendo a parte destinada à área verde ocupada por uma unidade de atendimento infantil, e o restante da área verde doada para famílias que moravam às margens do Rio Itajaí-Mirim, os quais tiveram de abandonar o local, em função da ponte que está sendo construída sobre o rio. Os compradores de lotes no Avelino Werner II denunciaram que havia a promessa de ser construído no local uma praça e um campo de futebol, porém nada fizeram de concreto para ter garantido seus direitos.

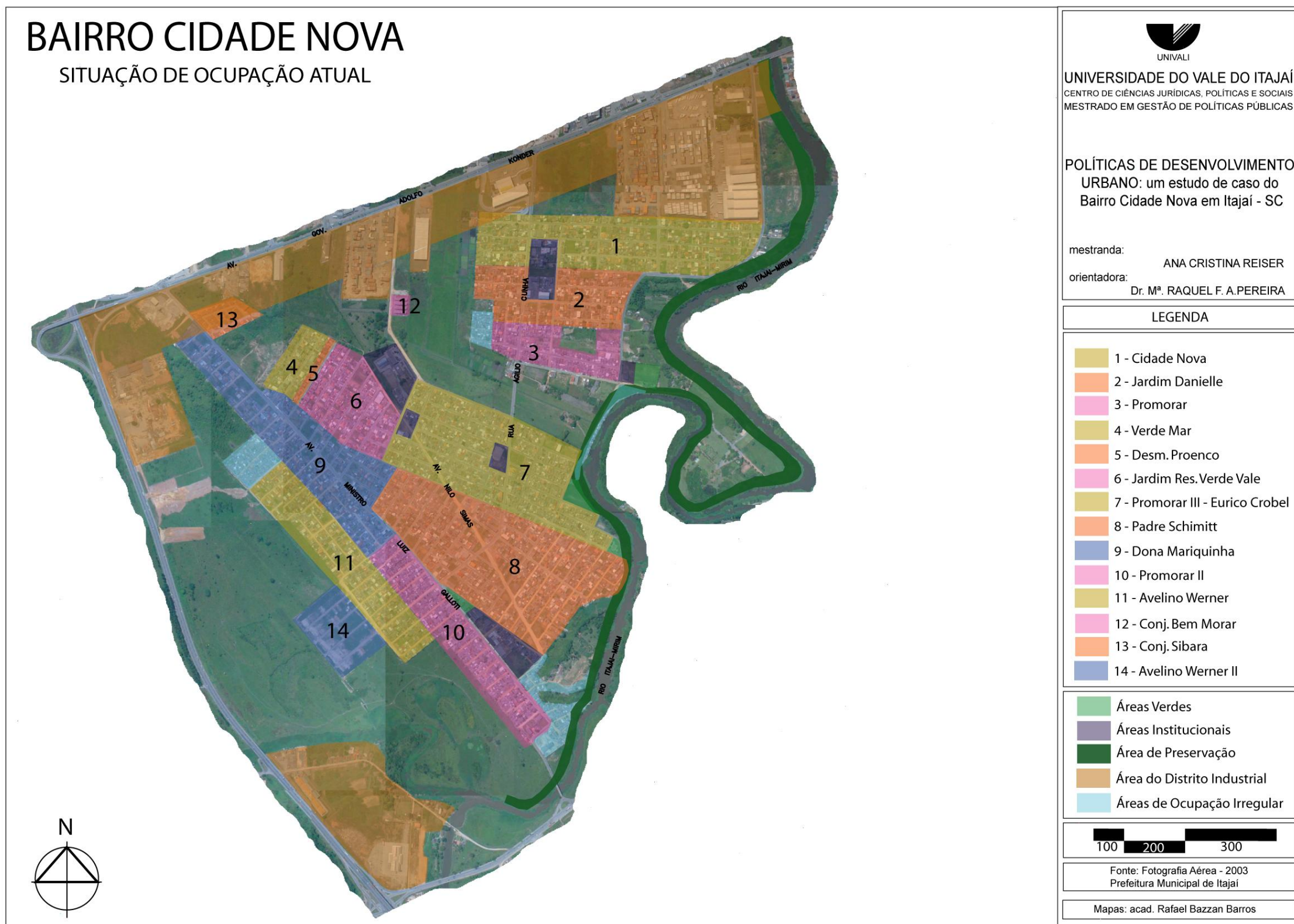
porém há uma ausência de políticas de combate a pobreza, ao desemprego, de habitação entre outras.

Por outro lado, os que residem no bairro há mais tempo, têm uma idéia de que estas áreas são espaços para desocupados de modo geral. Este pensamento é diagnosticado até nas unidades de ensino municipais que, sem autorização do poder público, permitiram que as áreas verdes próximas a seus estabelecimentos fossem ocupadas pelos próprios funcionários. Este caso ocorreu no Centro de Atenção Integrada da Criança (CAIC) Cacildo Romagnaim, onde a diretora geral ofereceu um terreno vizinho à unidade para que o zelador da escola ali morasse, objetivando, assim, que o “novo morador” cuidasse para que “vândalos não usassem o lugar para usar drogas ou namorar”, palavras do zelador em conversa com a pesquisadora.

Diante desta realidade, uma simples visita ao bairro permite que se constatem crianças e adolescentes brincando no meio das ruas, disputando com os carros o mesmo espaço. Ou, na melhor das hipóteses, fazendo dos terrenos baldios campos de futebol improvisados.

As áreas ocupadas irregularmente (mata ciliar, áreas verdes de loteamentos) não são atendidas com melhorias como ligação à rede de água, de energia elétrica e de drenagem, pois são consideradas ilegais.

FIGURA 03 – Bairro Cidade Nova – Situação de Ocupação Atual



3.3 As leis municipais definidoras do desenvolvimento urbano de Itajaí

O Município de Itajaí não possui um plano diretor, como preconiza o Estatuto da Cidade, Lei nº. 10. 257, de 10 de julho de 2001, na qual em seu artigo 41, afirma que “O plano diretor é obrigatório para todas as cidades, com mais de vinte mil habitantes”.

A Cidade de Itajaí possui leis específicas que estabelecem as diretrizes para o desenvolvimento da região urbana. Estas leis são: Lei nº. 2543, de 19 de dezembro de 1989, que institui normas para o zoneamento e o uso do solo no município de Itajaí; Lei nº. 2.763 de 1992, que institui o código de obras do município e, por último; a Lei nº. 1787, de 21 de maio de 1980, que estabelece normas para aprovação de projetos de arruamento, loteamentos, desmembramentos e incorporações de terrenos.

A Lei nº. 2.543, que institui normas para o zoneamento e o uso do solo, tem como objetivo: estimular o uso adequado dos terrenos, disciplinando sua forma; regular a área das construções e sua localização nos lotes; e regular o uso dos terrenos e edifícios para fins comerciais, industriais e outros. Esta lei divide o território de Itajaí em zonas de uso, com localizações limites. De acordo com a lei, o município ficou dividido em:

- zona residencial (ZR1): onde são permitidas habitações unifamiliar e coletiva e comércio e serviços vicinais. Todos os demais casos nesta área são proibidos;
- zona residencial (ZR2): onde são permitidas habitações unifamiliares e coletivas, comércio e serviços vicinais e comércio e serviços de bairro;

- zona residencial (ZR3): onde são permitidas habitações unifamiliares e coletivas, comércio e serviços vicinais e comércio e serviços de bairro, sendo permissíveis⁵⁷ serviços setoriais;
- zona residencial (ZR4): onde são permitidas habitações unifamiliares e coletivas, comércio e serviços vicinais e comércio e serviços de bairro e micro-indústria, e também sendo permissíveis comércio e serviços setoriais;
- zona residencial especial (ZRE): onde são permitidas habitações unifamiliares e coletivas, comércio e serviços vicinais, e permissíveis comércio e serviços de bairro, comércio e serviços setoriais⁵⁸;
- zona residencial predominante (ZRP): onde são permitidas habitações unifamiliares e coletivas, comércio e serviços vicinais, e permissíveis comércio e serviços vicinais;
- zona mista de serviço (ZRP1): onde são permitidas habitações unifamiliares e coletivas, comércio e serviços vicinais, comércio e serviços de bairro, comércio e serviços setoriais, depósitos e serviços gerais e micro-indústria, e permissíveis indústrias secundárias leves de pequeno porte, de médio e de grande porte;
- zona mista de serviço (ZRP2): onde são permitidas habitações unifamiliares e coletivas, comércio e serviços vicinais, comércio e serviços de bairro, e permissíveis comércio e serviços setoriais, indústrias secundárias leves e pequeno porte;

⁵⁷ Os permissíveis, segundo a lei, são aquelas áreas, que, a critério da administração municipal e ouvidos, quando for o caso, os órgãos competentes, possam ser admitidos os usos estabelecidos. O município, segundo a lei, estabelecerá uma comissão para analisar os casos enquadrados nestas situações.

⁵⁸ É importante ressaltar que parte do Bairro da Praia Brava se encontra neste enquadramento, exetuando-se as áreas de ZPL (zona de preservação de uso limitado) e ZPP (zona de preservação permanente).

- zona central (ZC1): onde são permitidas habitações unifamiliares e coletivas, comércio e serviços vicinais, comércio e serviços de bairro, comércio e serviços setoriais;
- zona central (ZC2): onde são permitidas habitações unifamiliares e coletivas, comércio e serviços vicinais, comércio e serviços de bairro, comércio e serviços setoriais, e permissível micro-indústria;
- zona central especial (ZCE): onde são permitidas habitações unifamiliares, coletivas, comércio e serviços vicinais, comércio e serviços de bairro, comércio e serviços setoriais;
- zona industrial permanente (ZIP): onde são permitidas habitações unifamiliares, comércio e serviços vicinais, comércio e serviços de bairro, comércio e serviços setoriais, depósitos e serviços gerais, indústrias secundárias leves, indústrias gerais; e permissíveis indústrias primárias ou extrativas⁵⁹;
- zona industrial exclusiva (ZIE): permitido comércio e serviços vicinais, comércio e serviços de bairro, comércio e serviços setoriais, depósitos e serviços gerais, indústrias primárias ou extrativas, indústrias secundária leves, indústrias incômodas e perigosas, indústrias gerais, permitido habitação unifamiliar;
- zona de preservação permanente (ZPP) onde é permitida habitação unifamiliar⁶⁰;

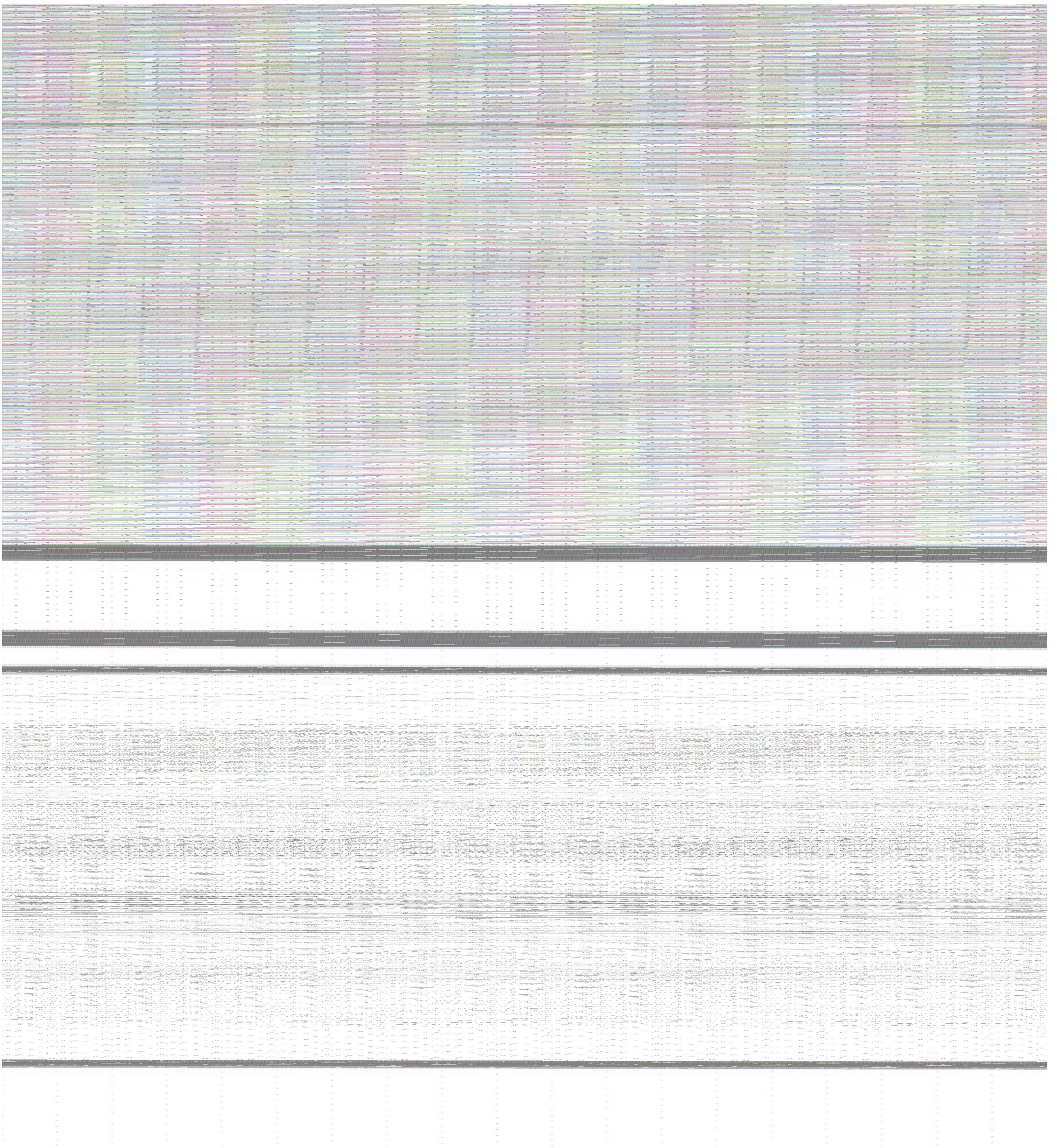
⁵⁹ Cabe destacar que o poder público local construiu cinco conjuntos habitacionais, localizados em diferentes bairros do Município de Itajaí, entregues no ano de 2001, quando já estava em vigor esta lei. Três destes conjuntos estão localizados em zona industrial permanente (ZIP): Conjunto Habitacional Alfredina Macagnam, no Bairro Imaruí, ao lado do primeiro distrito industrial; Conjunto Habitacional Milton Tolentino, localizado no Bairro Cidade Nova, o qual faz extrema com uma empresa de depósito e manutenção de contêineres; e o Conjunto Residencial Eugênio Pezzine, situado no Bairro Murta, onde se localizam as indústrias químicas da cidade.

⁶⁰ Esta zona compreende todas as áreas do município que estejam acima da cota de vinte metros ao nível do mar e ao promontório de Cabeçadas. Os dois casos seriam suficientes para não se permitir qualquer uso do local, visto que o governo federal proíbe qualquer uso em área de Mata Atlântica e em área de marinha. Há uma incompatibilidade entre a lei federal e a municipal. É importante considerar ainda que nestes casos a lei municipal permite a ocupação de 10% da área dos lotes com edificações.

- zona de preservação de Uso Limitado (ZPL): permitida habitação unifamiliar, comércio e serviços vicinais: e permissíveis comércio e serviços de bairros;
- zona de expansão urbana (ZEU): permitida habitação familiar e coletiva, comércio e serviços vicinais, comércio e serviços de bairro, comércio e serviços setoriais, depósitos e serviços gerais, micro-indústrias, indústrias secundárias leves de pequeno porte, e permissíveis indústrias gerais⁶¹.

⁶¹ O Bairro Cidade Nova fica situado preponderantemente nesta zona, e pela utilização que se permite, mostra claramente que alguns usos não deveriam ser permitidos, como por exemplo, depósitos, que, além de aumentarem muito a necessidade de incrementar o sistema viário, provoca ruídos diuturnamente, o que não deveria ser permitido em locais destinados a residências unifamiliares e coletivas.

FIGURA 04 – Mapa do Município de Itajaí com a identificação das Zonas



A Lei nº.2.543 em sua continuidade, define, classifica e relaciona os usos de solo para a implantação do zoneamento no município, definindo o coeficiente de aproveitamento dos lotes, altura máxima das edificações, recuo frontal, lateral e de fundos.

No município de Itajaí, todos os projetos passam pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, órgão municipal responsável pela política habitacional, controle urbano, planejamento, estudos e projetos. Assim, todos os projetos de iniciativa particular ou pública passam por um ou mais departamentos desta pasta. Mas isto não é garantia de que o estabelecido na lei seja cumprido, pelo menos aos grandes agentes econômicos, como por exemplo, é o caso da construção do *shopping* Itajaí, local em que não foram respeitadas as normas referentes a recuo e, no entanto, já se encontra em funcionamento. Outro caso ocorrido recentemente é o da Empresa Perdigão⁶², que instalou parte de seu centro administrativo em área de marinha e obteve seu alvará recentemente, após um ajuste de conduta com o Ministério Público. Isto foi possível apenas em função da permissividade do poder local, que embargou a obra através de notificação, mas deixando que a mesma tivesse continuidade, passando a responsabilidade ao poder judiciário.

O que se percebe nesta lei é que ela trata apenas do espaço urbano da cidade. O território do município tem uma grande extensão rural e, nestes casos, não existe legislação. A área loteada em perímetro rural é disciplinada pelo Estatuto da Terra. Assim, vários terrenos existentes no interior do município estão sendo utilizados sem respeitar os padrões ambientais e urbanísticos. O Departamento de

⁶² Esta empresa tem sua atividade na indústria de alimentos, seu parque industrial fica localizado na região oeste de Santa Catarina.

Controle Urbano não tem fiscais na zona rural, e os fiscais do meio ambiente não interferem em questões relacionadas a construções e arruamentos em “áreas privadas”.

A Lei 2.763/92 inicia definindo os termos técnicos que a norteiam e determinando quem está habilitado para assumir a responsabilidade da obra. Institui a consulta prévia⁶³, a formatação que o projeto deverá apresentar; as condições relativas às obras, para que estas obedeçam padrões de segurança e, também não atrapalhem o trânsito público. Em seu capítulo IV, regulamenta as edificações dando definições de: casas populares; casas populares geminadas; casas populares em série, transversais ao alinhamento predial; casas populares em série, paralelas ao alinhamento predial; conjuntos residenciais e dos edifícios. Esta mesma lei regulamenta estabelecimentos como: hotéis, bares, mercadinhos, salões, auditórios, sala de espetáculos, templos, ginásios esportivos, construções escolares, asilos, hospitais, oficinas, fábricas, garagens particulares, coletivas e/ou comerciais, postos de serviço e abastecimento de veículos, depósitos de cargas, depósitos inflamáveis, depósitos de explosivos, lojas, supermercados, cemitérios, parque de diversão e circos.

De cada item acima citado, a lei determina o tipo de recuo, o sistema de segurança, número de banheiros, entre outros. Devido ao nível de exigência da lei, fica inviável ou impossível que uma “pessoa comum” construa seguindo as normas exigidas. Isto favorece para que as construções nas áreas periféricas não atendam a um padrão mínimo de segurança. As casas construídas por pessoas de baixo poder aquisitivo são feitas em etapas, sem acompanhamento técnico. Os resíduos

⁶³ Entende-se por consulta prévia o formulário que a prefeitura fornece que deve ser preenchido pelo responsável da obra, acompanhado de todos os projetos de edificação (quando ampliação ou reforma) ou de loteamentos submetidos à aprovação do município.

domésticos são jogados direto na rede fluvial. Diante da necessidade de regularizar a propriedade, o “Habite-se” é conseguido através de meios pouco lícitos.

De outro lado, para os de maior poder econômico, sempre existe a exceção. As normas legais são alteradas de acordo com os interesses particulares como é freqüente acontecer em diversos projetos privados no município. Como exemplo pode-se destacar o Ribeirão da Caetana, que foi aterrado para garantir a edificação de um grande supermercado. Também houve a modificação no zoneamento da Av. Ministro Victor Konder, para favorecer a construção de um edifício de mais de dez andares, além de situações mais comuns, como é o caso da construção de postos de gasolina em distância bem inferior a oitenta metros de estabelecimentos de ensino, o que coloca em situação de riscos centenas de pessoas, para garantir o lucro de alguns.

As próprias obras construídas pela municipalidade não passam pelos canais competentes, já que o poder público, ao construir, não realiza consulta prévia, não constrói o número de banheiros estabelecidos pela lei, e nem respeita a metragem dos compartimentos. Este é o caso dos conjuntos habitacionais que têm as medidas dos quartos menores do que as dimensões mínimas exigidas.

Por último, cabe ressaltar a Lei nº. 1.787, de 21 de maio de 1980 o qual estabelece normas para aprovação de projetos de arruamento, loteamentos, desmembramentos e incorporações de terrenos. Esta lei define aspectos relativos ao arruamento, loteamento, desmembramento, estabelecendo a necessidade de aprovação prévia, por parte da prefeitura, bem como de todos os documentos e estudos para a obtenção da licença para a execução dos mesmos. Esta lei, ainda, é responsável pela definição do espaço destinado às áreas verdes e institucional. Tal fato pode ser constatado em seu artigo 25 o qual estabelece :

As áreas destinadas às praças, jardins, parques, bosques, edifícios públicos, serão determinadas pelo órgão competente por ocasião do pedido de Diretrizes Básicas, obedecida à legislação existente e às exigências do planejamento e será de 15% (quinze por cento) da área total do terreno deduzida a área utilizada para vias públicas e as necessárias à obra de saneamento, sendo que 5% (cinco por cento) será vinculado para preservação das áreas verdes e 10% (dez por cento) para áreas institucionais. (Lei nº.1.787, artigo 25)

O tema objeto deste estudo está diretamente relacionado a este artigo, pois define a parte destinada às áreas verdes e seu uso que, neste caso é exclusivamente para preservação, não sendo permitido utiliza-lo nem para praças. Este mesmo artigo, em seu parágrafo 2º, acrescenta:

Mediante Lei, a Prefeitura poderá dispor das áreas adquiridas nos termos deste artigo exclusivamente para fins de utilidade pública, podendo permutá-las por outras, com finalidade de construir praças, parques, jardins e edifícios públicos ou para adaptação do sistema viário. (Lei nº.1787 artigo 25, parágrafo 2º)

Desta forma, ao mesmo tempo em que o município tem, através do artigo 25 da Lei nº.1.787, um instrumento que garante na aprovação do loteamento, parte da área para preservação ambiental, assegurando a existência de ilhas verdes na cidade e garantindo, ainda, que na região de entorno do loteamento tenham equipamentos sociais necessários à melhor qualidade de vida dos seus habitantes; o parágrafo 2º deste mesmo artigo estabelece, que a qualquer momento o município poderá dar outro destino, bastando para tanto remeter um projeto de lei para a Câmara de Vereadores. Todas as entidades que funcionam há mais de dois anos no município podem solicitar o seu reconhecimento como de utilidade pública, desde que explicita em seu estatuto que o serviço prestado é de interesse público.

Assim, o que deveria ser efetivamente público, muda de função, atendendo a interesses que, muitas vezes, não são representativos da coletividade. Diante de tal realidade, parcelas significativas da população não têm como satisfazer suas necessidades de lazer, cultura, educação, saúde pela compra no mercado, ficando,

destituídas de seus direitos, entre os quais está a garantia de viver em uma cidade saudável.

3.4 O Estatuto da Cidade e o Município de Itajaí

O Estatuto da Cidade, quando de sua aprovação em 2001, estabeleceu um prazo de cinco anos para que os municípios se adaptassem à nova legislação. O poder local, a fim de se enquadrar no novo modelo preconizado pela Lei nº. 10.257, nomeou funcionários de diversas áreas, para analisarem a lei e propor as mudanças necessárias. O grupo de trabalho, formado pela Portaria nº.1095/03 é constituído por funcionários públicos de carreira e cargos comissionados, e dentre este grupo estava a pesquisadora que colaborava com a temática habitacional. Para facilitar, os trabalhos foram divididos por áreas (zoneamento, expansão urbana, habitação, meio ambiente, código de obras, comunidade⁶⁴)

Alguns estudos sobre os temas propostos, foram apresentados, mas pouco se avançou, pois neste pequeno grupo já existiam diferentes visões acerca do encaminhamento dos trabalhos. Havia um subgrupo que considerava a soma do código de obras e postura, parcelamento e uso do solo, constituía o próprio plano diretor do município, sendo assim, seriam apenas necessárias algumas alterações nas leis já existentes, pois, caso contrário, o representante maior do município perderia o “direito de governar” a cidade. Outro subgrupo defendia um estudo muito mais abrangente, que exigiria a realização de várias reuniões nos bairros, bem como com vários segmentos da sociedade. Para tanto, primeiramente, promover-se-ia a capacitação da comunidade, para que a mesma entendesse o processo e, desta

⁶⁴ O grupo comunidade tinha como função ouvir os diversos segmentos da sociedade, porém as pesquisas realizadas foram endereçadas apenas para o setor econômico da cidade.

forma, contribuísse e participasse efetivamente. Tentando convencer o grupo, foi apresentado o projeto do Gerenciamento Costeiro e promovido um debate, coordenado por um professor geógrafo, o qual destacou o fato de que o plano diretor representa muito mais do que o cumprimento das normas urbanísticas, já que ele deve expressar uma síntese da cidade que os moradores desejam, suas possibilidades de desenvolvimento sustentável e perspectiva de crescimento. Em vários momentos ocorreu um embate entre os componentes do grupo, que obtiveram, na pessoa do Sr. Eni José Voltoline⁶⁵, um mediador que, apesar de ter maior afinidade ideológica com o primeiro subgrupo, compreendeu que as idéias defendidas no interior do mesmo não expressavam os pressupostos no Estatuto da Cidade, tentando convencer o prefeito a elaborar um verdadeiro plano diretor para o município de Itajaí.

Neste ínterim, ocorreram eleições, o candidato da oposição foi o vencedor na chapa majoritária, e o grupo resolveu fazer um documento que expressou os estudos até então realizados, para entregá-lo à nova administração. Faz aproximadamente sete meses que a nova administração assumiu, e alguns passos foram dados. O município realizou a Conferência da Cidade⁶⁶, da qual surgiram subgrupos: sistema viário, plano diretor, habitação e meio ambiente, sendo que cada um deles, por sua vez, organizou conferências temáticas.

O processo está em curso, razão pela qual ainda é prematuro emitir qualquer parecer sobre o mesmo. Percebe-se, contudo, mais interesse do poder público na participação da sociedade nas discussões relativas à cidade. Foi

⁶⁵ O engenheiro agrônomo Eni José Voltoline foi deputado federal, na legislação 1999 a 2002, e, após ter concorrido a vice-governador pelo Partido Progressista e não sair vitorioso do pleito, foi convidado a ocupar a pasta do Gabinete de Planejamento pelo período de 2003 a 2004, na Administração Jandir Belinne

⁶⁶ Realizada em 27 de maio de 2005, nas dependências da Fundação de Turismo (FITUR), esta iniciativa cumpre o cronograma estabelecido pelo Ministério das Cidades, e tem uma pauta

contratado um profissional para elaboração do plano diretor, o Prof. Doutor Marcus Polette⁶⁷, auxiliado por outros profissionais de arquitetura, geografia e engenharia. Espera-se que estas pessoas elaborem um documento no qual todos os grupos sociais sejam ouvidos, e que eles consigam traduzir, em leis, as necessidades da comunidade. Para tanto, é de fundamental importância estimular a participação da sociedade civil de forma organizada. Só assim estarão sendo cumpridos os grandes desafios relativos à questão urbana brasileira, que requer a definição e implantação de políticas de desenvolvimento urbano, capazes de contribuir na solução dos enormes problemas com os quais se deparam os moradores dos centros urbanos brasileiros.

determinada: Participação e Controle Social; Questão Federativa; Política Urbana e Regional e Regiões metropolitanas e Financiamento do Desenvolvimento Urbano.

⁶⁷ O professor Marcus Polette é professor da UNIVALI. Tem formação em geografia e já realizou vários estudos sobre a região litorânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cidade de Itajaí teve o rio como a determinação mais importante no processo de ocupação deste espaço localizado na porção centro-norte do litoral catarinense. As principais atividades econômicas sempre foram relacionadas a este condicionante geográfico. Inicialmente como meio de sobrevivência, e após utilizando-se do mesmo de duas formas: pescando o bagre que servia de alimento, e como óleo para a iluminação. Mais tarde (século XIX), o porto de Itajaí, foi a porta de entrada para os imigrantes europeus que colonizaram e deram início à industrialização do vale de Itajaí. Por outro lado, foi também através do porto de Itajaí que a madeira oriunda do planalto catarinense foi embarcada para diversos locais do país e também para o exterior. Com o declínio da atividade madeireira, a cidade buscou diversificar suas atividades criando distritos industriais, mas foi mais uma vez no rio que a cidade encontrou uma nova atividade econômica, já que nas décadas de 70 e 80, através de incentivos federais, Itajaí consolidou-se como um dos maiores portos pesqueiros.

Com o neoliberalismo se consolidando no país, especialmente a partir dos anos 90 do século passado, o Porto de Itajaí novamente tem seu destaque, destacando-se o movimento que tentou transformar o porto de público em privado, e depois com a municipalização do mesmo. Atualmente o Porto de Itajaí é responsável por um volume expressivo dos impostos que o município arrecada, mas também pelo caos urbano que tumultua a vida da cidade nos dias atuais.

Itajaí cresceu muito nestas últimas décadas, fazendo com que espaços antes ocupados pela agricultura e pecuária, dessem lugar a vários loteamentos. Em

função da omissão e descaso do poder público, a presença dos agentes imobiliários se fez mais forte, loteando áreas consideradas frágeis do ponto de vista ambiental.

Na ausência de um Estado forte, constroem-se políticas públicas de caráter compensatório, que não promovem a distribuição da riqueza apenas garantindo a reprodução da mão de obra.

Assim sendo, o poder federal, estadual e local têm no Município de Itajaí, no que se refere à ocupação do espaço, sua comprovada ineficiência. Formulou leis que dificultam a participação do cidadão comum. O poder municipal, ao mesmo tempo em que não cumpre as leis existentes, ainda utiliza as áreas públicas para atender interesses, muitas vezes, privados, os quais não expressam a vontade da coletividade. O Bairro Cidade Nova permite identificar como a ocupação do espaço urbano tem se tornado arena privilegiada da luta sócio-econômica vigente na sociedade de classes. Um aspecto ilustrativo desta realidade pode ser encontrado na sistemática especulação imobiliária, que favorece alguns setores econômicos e também interesses politiqueros, uma vez que doação de áreas para famílias carentes, estabelece um nível de dependência ou de paternalismo, que não colabora para a transformação social.

Possíveis soluções poderiam ser construídas a partir da elaboração de políticas públicas, através das quais os municípios, os estados e o governo federal poderiam estabelecer uma agenda de governo que definisse claramente as responsabilidades de cada setor da sociedade, aprimorando mecanismos que levassem à concretização das metas previstas. Para isto, poder-se-ia recorrer a um aprofundamento das estratégias participativas, que hoje estão em voga.

Pelo antes exposto pensamos ser indispensável inverter a lógica sócio-política vigente, visando ao almejado aumento do número de empregos com salários

capazes de permitir a satisfação das necessidades materiais da maioria da população, possibilitando a redução das desigualdades sociais.

Na breve abordagem apresentada percebemos as dificuldades em tornar o corpo jurídico vigente numa ferramenta eficaz na promoção da justiça social. No que diz respeito à legislação que define a ocupação do espaço e as prescrições habitacionais, a realidade não é diferente. As inúmeras leis que os habitantes urbanos devem obedecer, devido ao seu elevado custo financeiro, impedem que as classes sociais de baixa renda possam cumpri-las. Este fato está essencialmente vinculado ao fator econômico visto que o cumprimento da lei gera gastos. Este fato acaba por favorecer a proliferação de construções nas áreas periféricas que não atendem ao padrão mínimo de segurança. As casas construídas por pessoas de baixo poder aquisitivo são, em geral, feitas em etapas, sem acompanhamento técnico. Frequentemente, a inexistência de infra-estrutura urbana faz com que os resíduos domésticos sejam jogados direto na rede fluvial. Finalmente, a coroação dessa realidade se complementa no momento da regularização da propriedade, quando a habilitação formal da moradia é obtida através de meios pouco lícitos. Diante deste quadro caótico estas áreas da cidade não existem para o poder local, com exceção dos períodos de campanha política.

A realidade sucintamente esboçada neste trabalho de pesquisa faz pensar que boa parte da realidade correspondente à ocupação dos espaços urbanos periféricos representa mais um exemplo de descaso do poder municipal, uma vez que a própria configuração urbana revela uma segregação espacial que nada mais é do que um reflexo da própria desigualdade social. As crescentes exigências legais a serem cumpridas para construir uma moradia, excedem as possibilidades financeiras de grande parte da população.

Foi isto que se pode verificar através da presente pesquisa que, ao analisar o Bairro Cidade Nova situado na periferia oeste de Itajaí, permite concluir que além das dificuldades sócio-econômicas de seus moradores, o próprio poder público, ao descumprir o que é inicialmente planejado ao serem implantados os novos loteamentos, contribui para o agravamento do quadro encontrado nas periferias urbanas.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, 2004.

BONDUKI, N. **Origens da habitação Social no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 1998.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Estatuto da cidade. **Guia para Implementação pelos Municípios e Cidadãos**. Brasília: Coordenação de Publicações, n. 40, 2001. (Série Fontes de Referência – Legislação)

CARLOS, A. F. A; LEMOS, A. I. G. (orgs.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHRISTOFOLI, A. R. **Uma História de Lazer nas Praias**: Cabeçudas – SC (1910-1930). Itajaí: Ed. Univali, 2003.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CRUZ, E. J. **Pequena Pátria**. Itajaí: Prefeitura Municipal, 2002.

CUNHA, E. da C. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO, A. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Proex, 2002.

D'AVILA, E. **Pequena História de Itajaí**. Itajaí: Prefeitura Municipal de Itajaí, 1982.

DOUHI, N; SANTOS, M. L. As políticas públicas e a dinâmica urbana - estudo de caso Prudentópolis - PR. In: Encontro Nacional da ANPEGE, 5., 2003, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2003.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios da geopolítica**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos demográficos**. Itajaí, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000.

INSTITUTO PÓLIS. **Regularização da Terra e Moradia**. O que é e Como Implementar. São Paulo: S/Ed., 2002.

GROSTEIN, M. D. MetrÓpole e Expansão Urbana: a persistência de processos “insustentáveis”. In: **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: S/Ed, 2001.

LAURELL, A. C. **Estado e políticas Sociais no Liberalismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LINHARES, J. **O que a memória guardou**. Itajaí: Ed.Univali,1997.

MALTA, C. Práticas de Cidadania. In: PINSKE, J. **Práticas de cidadania**. São Paulo: Contexto, 2004.

MAMIGNION, Armen. Indústria de in: **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis: GAPLAN, 1986.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1995. (Coleção Fazer Lazer).

MARX, K. Exército industrial de reserva. In: IANI, O. (org). **Sociologia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1982. (Grandes Cientistas Sociais).

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA, M. R. T. **A Formação do capital mercantil e industrial em Itajaí (SC): uma industrialização incompleta**. Florianópolis, SC: UFSC, 2003. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

MOREIRA, S. M. T. **Porto de Itajaí: da gênese ao período madeireiro**. Florianópolis, SC: UFSC, 1995. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

OLIVEIRA, D. L. de. **O Navegantes que eu conto**. Itajaí: Ed. do autor, 2004.

PIMENTA, M. A.; FIGUEIREDO, L. C. Perdas dos espaços públicos: a reconstrução através da memória. In: Encontro Nacional da ANPEGE, 5., 2003, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2003. Relato apresentado.

RAMOS, F. É possível esquecer o welfare state e as políticas regulatórias? In: BOEIRA, S. L. **Democracia & Políticas Públicas**. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2005.

ROLNIK, R. Estatuto da Cidade e Conferência das Cidades: instrumentos para uma política democrática-participativa. **Katálysis**, Florianópolis; v. 6, nº 2, 2003.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **O Espaço do Cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993. (Coleção Espaços).

SESC – Serviço Social do Comércio & WLRA – Associação Mundial de Lazer e Recreação. **Lazer numa sociedade globalizada: Leisure in a globalized society**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

SILVA, J. B. da. **Estiva Papa-siri: as mãos e os pés no Porto de Itajaí**. Itajaí: Ed. do autor, 2004.

TOLEDO, E. de G. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, A. C. (org.) **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 2. ed. São Paulo. Cortez, 1997.

VASCONCELOS, P. de A. Aplicação do Conceito de Segregação Residencial ao Contexto Brasileiro na longa Duração. **Cidades**, Presidente Prudente; v. 1, nº 2, 2004.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)